



# Poder Popular



## EDITORIAL

Neste número do «Poder Popular» fazemos o balanço sumário da nossa intervenção nesta fase do processo de unidade e particularmente do Congresso dos GDUP's.

Este balanço é tanto mais necessário quando alguns camaradas sem partido têm criticado abertamente o MES pela tática adoptada em relação ao processo de unidade que conduziu à criação do MUP.

Nos seus aspectos centrais o Congresso dos GDUP's saldou-se por uma vitória da unidade popular a que correspondeu o isolamento total e derrota das concepções radicalistas esquerdistas e a derrota parcial das concepções vanguardistas sectárias (ver neste número os artigos correspondentes).

A vitória da unidade popular materializou-se na consagração do MUP como **Movimento Político de massas de carácter unitário**; na aprovação do **Preâmbulo dos Estatutos** que consagra uma correcta concepção do MUP do ponto de vista organizativo; na apresentação ao Congresso do **Relatório da CNPUP**; e na aprovação do **Programa Imediato de Luta** que consagram uma análise correcta da situação política actual e apontam objectivos imediatos da luta do povo contra a ameaça fascista, a recuperação capitalista e a ingerência imperialista.

Continua na pág. 12



## MUP

**grande vitória do povo na luta contra a ameaça fascista a recuperação capitalista e a ingerência imperialista.**



**VI ANIVERSÁRIO**  
**I CONFERÊNCIA NACIONAL**  
**DE QUADROS**  
**LISBOA, 18/19 DEZ. 1976**

**UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E LUTA**

# I CONFERÊNCIA NACIONAL DE QUADROS VI ANIVERSÁRIO DO MES



A I Conferência Nacional de Quadros e o VI Aniversário do Movimento de Esquerda Socialista foram definitivamente marcadas para 18 e 19 de Dezembro próximos.

Tal adiamento deve-se à realização recente do Congresso dos Gdups e às próximas eleições para as autarquias locais.

Atendendo à importância de que se vão revestir para a vida do nosso Partido tais realizações, e certamente pela incidência que terão na esquerda revolucionária e nas massas trabalhadoras em geral, damos a conhecer as principais questões que vão ser objecto de discussão e aprofundamento assim como extractos de um dos textos base precisamente o que diz respeito à «Organização do partido e direcção da luta de massas».

A I CONFERÊNCIA NACIONAL DE QUADROS DO M.E.S. tem um objectivo central:

Reforçar os princípios ideológicos em que assenta a nossa organização, corrigir os erros em matéria organizativa, alterar os métodos de trabalho e de direcção e fazer as transformações nas estruturas de direcção do Partido.

Organização, tática e estratégia não podem nunca ser olhadas separadamente. Por isso, definir este objectivo central significa apenas reconhecer que o aspecto principal dos nossos problemas e dificuldades se encontra na organização interna e direcção do Partido. Por isso são igualmente objectivos da I Conferência Nacional de Quadros, mas objectivos secundários, objectivos que servem a resolução dos nossos principais problemas, os seguintes:

1.º Aprofundar o nosso Programa de Luta e ganhar a firmeza necessária para as tarefas de unidade;

2.º Preparar o nosso III Congresso no esforço mais geral da unidade das forças e militantes comunistas e revolucionários.

A I CONFERÊNCIA NACIONAL DE QUADROS é uma batalha interna em que, pela correcta utilização da crítica, conseguiremos a verdadeira autocritica — a correcção do estilo de trabalho em que a discussão política e organizativa servirá para ganhar a força necessária para as transformações inadiáveis no nosso Partido.

A I Conferência Nacional de Quadros é aberta pela 7.ª Reunião Ordinária do Comité Central que aprovou este Documento Base e traçou as suas linhas orientadoras e será fechada pela reunião do Comité Central que se seguir à realização da sessão final de trabalho de 18 e 19 de Dezembro. O Comité Central chama o Partido a responder, o Partido dá a sua resposta através de todas as suas estruturas e quadros dirigentes e o Comité Central dá força de decisão a essa resposta.

**PARTIR DO COMITÉ CENTRAL  
DISCUTIR NAS CÉLULAS E ESTRUTURAS DE BASE  
TOMAR AS PRIMEIRAS POSIÇÕES NOS PLENÁRIOS DE NÚCLEO**

**FAZER O BALANÇO E FORMULAR RESPOSTAS CONCRETAS NAS CONFERÊNCIAS DISTRITAIS**

**SINTETIZAR A RESPOSTA DO PARTIDO DEFININDO POSIÇÃO FACE A TODAS AS PROPOSTAS E QUESTÕES EM DISCUSSÃO**

**CHEGAR DE NOVO AO COMITÉ CENTRAL PARA TOMAR AS DECISÕES QUE PORÃO ESSAS POSIÇÕES EM MARCHA**

É ESTE O CAMINHO DA I CONFERÊNCIA NACIONAL DE QUADROS



## 1.º OBJECTIVO (CENTRAL) ORGANIZAÇÃO E DIRECÇÃO

O M.E.S. enfrenta sérios problemas de organização e direcção. São esses problemas que vamos discutir para os resolver, já que se eles são sérios o Partido tem força suficiente para resolver a curto prazo os mais importantes e inadiáveis e preparar a resolução a médio prazo dos restantes.

1.ª Questão — OS PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS E OS PILARES IDEOLÓGICOS DA ORGANIZAÇÃO E ACÇÃO DO NOSSO PARTIDO:

Aqui há que tomar posição sobre dois problemas centrais, um ideológico e outro prático.

Sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária. É assim:

O nosso partido necessita ganhar maior firmeza ideológica: devemos ou não consagrar o marxismo-leninismo como o nosso pilar ideológico, o guia da nossa acção? Qual é o sentido preciso que lhe damos (luta de classes, ditadura do proletariado, tomada e exercício do Poder, necessidade, organização e papel do Partido)?

O nosso partido precisa de saber aplicar a regra de ouro organizativa da teoria revolucionária, o centralismo democrático: como devemos conjugar na prática a responsabilização individual e a direcção colectiva? Que sentido damos à hierarquia no seio do Partido? Como vamos corrigir os erros e insuficiências que nos impedem de actuar como um verdadeiro exército?

2.ª Questão — OS PROBLEMAS E AS TAREFAS ORGANIZATIVAS, OS MÉTODOS DE DIRECÇÃO

Fazer o balanço para corrigir os erros transformando o que está errado, projectando o que está correcto para o seu devido lugar.

Aqui há que enfrentar quatro problemas básicos:

- a) proletarização do Partido;
- b) papel da mulher no MES;
- c) direcção-crítica e correcção.

Na resposta a estes problemas e no balanço crítico à acção e ao trabalho das várias estruturas de direcção, a começar pelo comité central, encontraremos o caminho para introduzir as correcções e fazer as alterações necessárias nos métodos de trabalho e direcção.

## 2.º OBJECTIVO (AUXILIAR) APROFUNDAR O NOSSO PROGRAMA DE LUTA

3.ª Questão — O NOSSO PROCESSO DE UNIDADE E O PROCESSO DOS GDUP

O M. E. S. aprovou no seu II Congresso um objectivo claro e uma política definida de unidade que encontra na construção da Frente de massas antifascista e antipostalista o objectivo central a atingir.

Fazer o balanço, confrontar o nosso Programa com a realidade prática e definir uma tática ajustada é o que a discussão desta questão deve produzir.

4.ª Questão — A FASE DA LUTA DE CLASSE E A INTERVENÇÃO NAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICO-BURGUESAS

Não vivemos apenas uma sucessão de acontecimentos, políticos, sociais e económicos, vivemos sim uma determinada fase da luta de classes no nosso país. Quais as suas características centrais? A democracia burguesa limitada que tática exige? São os problemas centrais a tratar nesta questão.

5.ª Questão — PRIORIDADES PARA A LUTA DE MASSAS

Aqui não se trata de discutir o nosso Programa para os vários sectores e Frentes da luta de massas, mas sim de responder a questões como estas:

— O que é que privilegiamos do ponto de vista do nosso empenhamento junto dos órgãos de massa: os sindicatos ou os órgãos populares de base?

— Como é que vamos orientar o nosso trabalho, para onde o vamos dirigir com prioridade, qual a importância relativa que damos à intervenção nas fábricas e empresas, nos bairros pobres, nas herdades, nos quartéis, nas escolas, nas aldeias?

— Como é que avançamos, política e organizativamente e qual a importância prática que damos ao trabalho ligado aos sectores sociais com problemas específicos como as mulheres e os jovens?

6.ª Questão — POSIÇÃO DO M.E.S. EM RELAÇÃO À QUESTÃO DO GOVERNO E DO PODER

A I Conferência Nacional de Quadros é o momento indicado para aprofundar a posição do nosso Partido em relação a dois problemas de grande importância — um que resulta da insuficiente discussão do nosso II Congresso (como colocar uma proposta de Governo no nosso Programa?) e outro que resulta das próprias transformações políticas entretanto operadas (que posição assumir face ao Governo P. S. e em relação ao Poder Político actual?)

Assim aqui discutiremos os seguintes problemas:

— Deve o M.E.S. apresentar na fase actual da luta uma alternativa de Governo?

— Que posição deve o M.E.S. tomar em relação ao Poder Político, ao Governo do P.S. e às manobras da direita reaccionária e fascista?

## 3.º OBJECTIVO (AUXILIAR) A LUTA PELO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

7.ª Questão — O PAPEL DO M.E.S. NA LUTA PELO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

Como o nosso Partido imediatamente reconheceu o golpe reaccionário do 25 de Novembro e as transformações que provocou, abrimos um processo de recomposição da esquerda em geral e da esquerda revolucionária em particular.

O processo de transformação do M.E.S. numa força de classe definido no II Congresso como objectivo central a atingir é, deste modo, um processo que não é exclusivo ao próprio M.E.S. já que à objectiva necessidade de recomposição da esquerda revolucionária se veio a juntar o importante processo de unidade gerado com a candidatura de Otelo e o desenvolvimento dos GDUP.

É assim necessário dar resposta aos seguintes problemas:

— O que é a esquerda revolucionária? Quem faz parte dela?

— Qual o papel do M.E.S. na luta pelo Partido Revolucionário?

8.ª Questão — A NECESSIDADE DO REFORÇO DOS NOSSOS PRINCÍPIOS

Para poder conduzir um processo de transformação do M.E.S. numa força de classe e de recomposição da esquerda revolucionária no quadro da luta mais geral pelo Partido Revolucionário da Classe Operária, o M.E.S. necessita de reforçar os seus princípios ideológicos, políticos e programáticos.

Os três principais pontos em que esse reforço se torna necessário, para além da 1.ª questão apontada, parecem ser os seguintes:

a) Questão internacional — posição face à URSS e à RPC, posição face à tendência actual da luta de classes à escala mundial e seu reflexo na Europa e em Portugal, reconhecimento ou não da existência dum campo socialista.

b) O combate ao reformismo e ao revisionismo — natureza do P.S., do P.C. e do P.C.P. (r) e forma de combater um e outro no seio do Movimento Operário e popular.

c) O programa da revolução socialista, o nosso próprio programa — necessidade da afirmação ter a primazia sobre a mera negação.

9.ª Questão — PASSOS CONCRETOS E IMEDIATOS A DAR PARA A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DA CLASSE OPERÁRIA

Assim aqui teremos de discutir profundamente:

— Qual o lugar do III Congresso do M.E.S. no projecto de unificação da esquerda revolucionária e de unidade dos comunistas e revolucionários?

— Para quando o III Congresso?

— Que passos a dar até e para a sua realização?

— Que tipo de Congresso? Um Congresso fechado sobre nós próprios ou um Congresso voltado para a construção duma alternativa com peso ao nível de Partido?

# TRANSFORMAR O MES NUMA FORÇA DE CLASSE

A discussão profunda das questões organizativas no âmbito da preparação da I Conferência Nacional de Quadros, é de importância decisiva face às tarefas que se colocam aos comunistas nesta fase da luta de classes:

1. Erguer a Frente de Massas Antifascista e antiparlamentarista a partir dos GDUP's, condição para a resistência popular vitoriosa ao avanço da direita.

2. Dar passos firmes na unificação dos comunistas lutando por uma direcção política capaz de levar a cabo a construção da Frente de Massas e de a dotar da organização e do programa que a fase actual da luta de classes exige e, d' mesmo passo, avançar no caminho da construção do Partido Revolucionário da classe operária.

No entanto, o nosso Partido só estará à altura destas tarefas se levar até às últimas consequências a sua transformação em força de classe, isto é, em força dirigente com raízes mergulhadas no seio da classe operária e do povo. O que passa por:

- A: Aplicar da base ao topo o centralismo democrático;
- B: Proletarizar o Partido;
- C: Ligar o MES intimamente às massas.

## APLICAR DA BASE AO TOPO O CENTRALISMO DEMOCRÁTICO



### 1. NÃO PODE HAVER ESTRUTURA SEM DIRECÇÃO

Isto quer dizer que desde a célula às outras estruturas do Partido tem de ser eleito um secretário ou secretário que, enquanto não for destituído, dirige a actividade da respectiva estrutura.

Uma estrutura sem direcção é como um barco sem leme.

### 2. TODOS OS CAMARADAS TÊM QUE ESTAR INTEGRADOS EM ESTRUTURAS

Não é verdadeiramente militante do Partido o camarada que concorda com a linha política mas que executa tarefas desgarradamente e sem integração permanente numa estrutura.

### 3. ONDE HOUVER MAIS DE DOIS CAMARADAS DO MES TEM DE SER CONSTITUÍDA UMA CÉLULA

A célula é o pulmão do Partido. Realiza a ligação orgânica e colectiva do partido às massas: recolhe das massas as ideias e perspectivas, o seu estado subjectivo, a sua experiência criadora e aponta-lhes através da sua criação organizada os grandes objectivos políticos definidos pelo partido. Na célula se recolhe e discute politicamente a consciência, o sentir, a acção e a crítica das massas;

Na célula a directiva geral do Partido liga-se a uma situação concreta e torna-se em acção transformadora da consciência e organização das massas.

Um Partido de classe cujas raízes nas massas não sejam a célula ao C.C., muitas vezes não é feito o balanço, não poderá recolher de uma forma organizada e colectiva os ensinamentos do povo nem aprender através da confrontação das directivas do Partido com a prática.

A intervenção dispersa, individual e desorganizada, não reforça nem o Partido nem a consciência e a organização de massas e é porta aberta para o liberalismo, o demissionismo e o espírito antipartido.

### 4. EM CADA REUNIÃO FAZER O BALANÇO

Em grande parte das estruturas do nosso Partido, desde a célula ao C.C. muitas vezes não é feito o balanço, não se pergunta aos camaradas se cumpriram ou não, e no segundo caso, qual a justificação. Temos de banir por completo este

relaxamento nos métodos de trabalho, pois a crítica e a auto-crítica só ganham sentido se não forem pregações de quando, em quando contra os camaradas que não cumprem, mas se se transformarem numa prática regular e oportuna de crítica colectiva sobre a actividade de cada camarada e de autocritica sincera.

### 5. DIREITO À CRÍTICA PARA QUEM TRABALHA

Passos importantes foram dados na criação de uma nova imagem de uma nova prática do militante do MES, cada vez menos identificado com o que sabe mais e fala melhor e cada vez mais definido como o que põe ao serviço da prática revolucionária de transformação da sociedade o conhecimento e o estudo da teoria marxista, a consolidação da organização partidária e a sua própria vida.

Temos de reforçar esta tendência dando viva voz ao partido e pondo à sua cabeça quem milita de facto, quem suporta sobre os seus ombros as tarefas da nossa organização, seja a que nível for.

### 6. DERROTAR O TAREFISMO E A ROTINA, VIVIFICAR O DEBATE POLÍTICO

A ausência de direcção nas estruturas é uma das principais razões da inexistência de debate político regular e é factor de desenvolvimento do caciquismo político e ideológico de alguns Quadros que, à falta de um correcto funcionamento colectivo das estruturas, suportam individualmente e de um modo disperso e irregular a formação política dos camaradas.

## PROLETARIZAR O PARTIDO



A palavra de ordem de recrutamento e implantação na classe operária e nas camadas mais exploradas do povo já foi lançada e já deu frutos positivos. Mas há que preservar e tirar as devidas consequências da nossa crescente implantação no seio do povo:

1. Há que fazer ascender mais camaradas proletários aos cargos de direcção;

2. Há que desenvolver uma política de formação de quadros fundamentalmente virada para os camaradas saídos das fileiras proletárias.

Quanto ao primeiro ponto há que ter em conta um aspecto essencial: promover camaradas proletários a cargos de direcção não pode significar a criação de clientelas obedientes a qualquer quadro já rotinado nas tarefas de direcção. Para que esta linha de proletarização não seja demagógica, é fundamental que se garanta aos camaradas proletários capacidade para exprimir com autonomia política a sua própria experiência no seio da classe. Para isso, em vez de adoptar uma política meramente quantitativa na composição proletária dos órgãos de direcção, há que, a partir das células e dos núcleos, fazer subir aos órgãos dirigentes os camaradas intimamente ligados à luta de massas e desencadear uma política de formação de quadros fundamentalmente virada para os camaradas saídos das fileiras proletárias dotando-os de uma maior autonomia e capacidade de direcção política.

Deste modo, e de uma forma persistente e segura, se consolidada na direcção do Partido a influência dos camaradas proletários.

## LIGAR O MES INTIMAMENTE ÀS MASSAS POPULARES

Ligar o nosso Partido às massas por mil laços é condição para definir correctamente os grandes objectivos políticos da

luta revolucionária para os transformarmos em bandeira da luta popular, para reforçarmos o nosso papel de vanguarda comunista e incessantemente fornarmos a nossa linha política e a nossa prática mais justas, mais vivas e mais ricas.

### 1. ADOPTAR UMA LINHA DE MASSAS

Partir das massas para voltar às massas é o princípio que desde a célula até ao C.C. tem de ser seguido.

Adoptar uma linha de massas é condição de base para nos ligarmos ao povo trabalhador, pois só interpretando de um modo justo as suas aspirações em cada momento poderemos transformar as nossas palavras de ordem em acção de massas e assim sermos reconhecidos como força dirigente.

### 2. LIGAR AS DIRECTIVAS GERAIS ÀS CONDIÇÕES CONCRETAS

Fazer acompanhar as directivas gerais de instruções concretas para a sua aplicação prática e ligá-las às condições é o único método que permite ao conjunto do Partido ver as directivas sem ser em abstracto e cumpri-las e às massas assumir as palavras de ordem e apoiá-las.

### 3. LIGAR AS TAREFAS DE AGITAÇÃO E PROPAGANDA ÀS DE ORGANIZAÇÃO

Agitar e propagandear sem organizar é cair no espontaneísmo, no imediato, no trabalho, sem perspectivas: organizar sem agitar e propagandear é cair na burocracia e na visão estreita da luta de massas.

### 4. TOMAR A CABEÇA DA RESISTÊNCIA POPULAR

Só há um critério que para o povo define o que é um militante comunista: é o de sua intransigente dedicação à luta do povo trabalhador e à causa da Revolução socialista. Só um partido cujos militantes em todas as situações tomam a cabeça da luta revolucionária será reconhecido como vanguarda proletária e do povo.

No momento que passa, tomar a direcção da luta de massas significa trabalhar arduamente para que o Movimento de Unidade Popular cresça e se fortaleça, o que só acontecerá se os GDUP's estiverem na primeira linha da Resistência Popular contra o avanço do fascismo e da recuperação capitalista.

Que fique bem claro que os revolucionários responderão perante o povo se não souberem corresponder com a sua unidade popular. Os militantes do MES têm a grande responsabilidade de imprimirem aos GDUP um estilo de trabalho e de organização a uma linha política correcta. Mas isso só acontecerá se forem na prática os mais combativos e dedicados e assim grangearem o reconhecimento popular.

### 5. ESTABELECEER PRIORIDADES NO TRABALHO POLÍTICO E ORGANIZATIVO

A impaciência é uma característica pequeno-burguesa que se manifesta de vários modos: querer pegar em todas as hipóteses de trabalho político sem haver condições para tal; abandonar o trabalho face a um insucesso ou à lentidão no seu avanço; pegar hoje numa tarefa e amanhã saltar para outra; não fixar etapas no trabalho; não ter persistência e confiança no trabalho militante e desejar que os objectivos por que se luta estejam ao alcance da mão, etc., etc.

As prioridades têm de ser restabelecidas de acordo com a linha política do Partido, as directivas gerais dos órgãos dirigentes, a maior ou menor capacidade política e organizativa de cada estrutura e as condições locais da luta de classes.



## Cantina do MES

Há já alguns meses funciona na sede central do M.E.S. — Av. D. Carlos I, 130 — uma improvisada cantina, onde, sob a direcção da Júlia são servidas refeições a preços módicos a militantes e acompanhantes.

É uma iniciativa que não só é útil às finanças (geralmente débeis) dos militantes do MES, como cria um importante espaço de discussão e convívio.

Todos devemos aproveitá-lo. Aqui fica a sugestão aos militantes: **vem e traz um amigo.** A afluência do maior número é indispensável para tornar a cantina viável do ponto de vista económico.



Durante o Congresso, a tenda de comes-e-bebes da Júlia não teve mãos a medir.

## NOTA DA DIRECÇÃO

O nosso órgão de imprensa «PODER POPULAR» não tem saído regularmente.

Esclarecemos todos os nossos assinantes e camaradas leitores habituais que essa irregularidade se deve às grandes dificuldades financeiras com que nos debatemos.

A direcção do nosso partido está consciente dos grandes prejuízos que uma tal situação acarreta para o trabalho de cada vez mais amplas camadas de activistas e trabalhadores que em todo o país se organizam e lutam.

A nossa direcção tudo está a fazer para enfrentar e resolver esta situação o mais depressa possível de forma a que o «PODER POPULAR» possa retomar a sua periodicidade habitual.

## LENINE

### NOTA DA REDACÇÃO

A falta de regularidade na saída do PODER POPULAR acarreta uma acumulação muito grande de notícias e artigos para cada número. Não nos é possível, por esta razão, publicar hoje a 2.ª parte do artigo sobre «LENINE E A REVOLUÇÃO RUSSA». Em próximo número concluiremos a sua publicação.

# TÊXTEIS: guerra em duas frentes

A luta dos trabalhadores têxteis não vem de hoje, ela vem de antes do 25 de Abril, mas teve o seu momento mais alto quando da luta desenvolvida em 1975 em redor da conquista de novas realidades, que vieram a ser alcançadas com a conquista dos novos CCTs. Porém os trabalhadores, apesar de se terem unido um pouco mais, continuavam divididos por contratos, sindicatos e federações sectoriais. Havia, portanto, uma necessidade urgente de se unirem ainda mais.

Assim, em Março deste ano, realizou-se o 1.º Congresso e reafirmou-se num momento particularmente difícil para os trabalhadores portugueses, quais os trabalhadores têxteis estavam incluídos. Com efeito, após o 25 de Novembro, as lutas dos trabalhadores passaram a ser reprimidas e o patronato levantou a cabeça com a complicitade dos governos. Quem encontrou miséria e dor, foram os explorados, através do terrorismo, da

chantagem, do desemprego e das prepotências, sabotagens e ilegalidades dos patrões com a complicitade dos ministérios e a ajuda das forças da repressão. No entanto, os trabalhadores têxteis lutaram colectivamente para encontrar a solução que melhor servisse os seus interesses, que no fundo são os interesses da classe operária.

Assim, no nosso I Congresso, os trabalhadores do nosso sector após um longo esforço, conseguiram a fusão das suas federações sindicais, por um lado a dos têxteis, por outro lado a dos lanifícios e Vestuário.

Após a realização do nosso congresso tivemos que travar várias lutas contra a ameaça de despedimentos e encerramento de empresas especialmente no campo das multinacionais.

Veio depois um período em que nós viámos a ter que nos bater pela realização de um congresso dos sindicatos que fosse ao mesmo tempo um congresso de trabalhadores, e não do modo de pôr o movimento sindical ao serviço de interesses partidários. Isto porque num momento em que os nossos inimigos de classe tentam por todos os meios aumentar a exploração, aumentando o desemprego e a miséria, um só caminho nos servia — o que reforçasse a nossa unidade e a nossa organização e a nossa luta.

Foi assim que nos batemos pela unidade, contra os nossos inimigos de classe e contra os reformistas do PCP que fazendo um pacto com os nossos inimigos recuavam, dizendo que a unidade era «uma falsa questão» traindo por conseguinte a classe operária em geral.

Mas em 23 e 24 de Outubro a nossa posição foi derrotada na célebre reunião geral dos sindicatos, «democraticamente» realizada na FL, após «longa» discussão «democrática» junto das bases.

Vencidos, mas não convencidos, continuaremos a lutar, nem que para tal sozi-

nhos Venhamos a caminhar, mas porque nos assiste a razão não ficaremos pelo caminho sozinhos.

A prova está no grande apoio que temos tido, por parte de trabalhadores das mais variadas latitudes de pensamento, quer em redor dos camaradas Manuel Correia Lopes e António Cunha das Rosas, trabalhadores e activistas sindicais (o primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, membro do Secretariado da Federação dos Têxteis e Vestuário de Portugal e porta-voz da Comissão Nacional Negociadora do nosso Contra Colectivo Único e Vertical e o segundo, presidente da Mesa da Assembleia Geral do mesmo Sindicato e membro do Secretariado da Intersindical Nacional), despedimento este que tem efeitos marcadamente políticos, pois são os primeiros despedimentos de dirigentes sindicais ocorridos em plena cintura industrial de Lisboa e ambos a desempenharem cargos

sindicais importantes.

A CIP não deixa de estar por trás de tal despedimento e a verdade comprova-se pela pouca força do Governo PS para o poder resolver.

No entanto os trabalhadores estarão unidos na empresa, e certos de que a Manuel Lopes Henriques não será uma nova Têxtil Manuel Gonçalves.

Quanto aos apoios eles são vários em especial por parte dos trabalhadores e organizações revolucionárias, enquanto que das organizações reformistas ligadas ao PCP, PS, Intersindical e Carta Aberta, tem havido somente apoio de promessas, traduzidas em palavras. Sendo de salientar o quase silêncio da Intersindical e seus apunhaçados, face ao despedimento de um elemento como o António Rosas, membro como já dissemos do próprio Secretariado da Intersindical.

Enfim, reformistas são reformistas e os trabalhadores têxteis revolucionários «dão-lhes nas ventas» e foi

assim que fomos para a rua contra a vontade de muitos «ditos defensores dos trabalhadores», no dia 10 de Novembro e junto do Ministério do Trabalho manifestamos-nos contra tal despedimento exigindo a reintegração dos camaradas Manuel Lopes e António Rosas. De salientar a variedade dos apoios que tivemos para tal manifestação e para tal caso.

Saliente-se o apoio do Sindicato dos Estivadores de Lisboa, que ameaçavam paralisar a partir de 2 de Dezembro caso os despedimentos se mantivessem. Acrescente-se que no nosso sector vários são os casos de despedimentos de delegados e dirigentes sindicais. Só para exemplo: Macondo, Coronado, Têxtil Manuel Gonçalves, Ferreira Reis, Dextra e Vaz Ferreira, entre tantas outras.

Estamos portanto em «guerra». Lutando em duas frentes que se interligam. Contra os despedimentos e pelo direito ao trabalho; Pelo nosso contrato colectivo único e vertical.

## Unir, organizar, lutar, prás barracas acabar

Desceram à rua, em grande manifestação, no dia 13 de Novembro, milhares de moradores pobres, organizados nas suas associações e cooperativas, apoiados pelos trabalhadores do SAAL e por diversas organizações de trabalhadores (Fed. dos Sindicatos do MAR; Sindicato Livre dos Pescadores-Doca Pesca; Metalúrgicos; Correio e Tel.; Sindicato dos Têxteis; União dos Sindicatos de Coimbra e Associação dos Inquilinos Lisboenses).

Nesta grandiosa manifestação de luta, com grande presença das mulheres dos bairros, pessoas de todas as idades, crianças e velhos, foram gritadas as seguintes palavras de ordem:

— a luta dos bairros é só uma!

— processo só há um, o SAAL e mais nenhum!

— não aos despachos reaccionários, não ao controlo camarário!

— caderno reivindicativo, cá para fora já!

— contra o fascismo, contra a exploração — casas sim, barracas não!

— unir, organizar, lutar, para as barracas acabar!

O Ministério da Habitação — ao qual se dirigiram os manifestantes — estava cercado pela PSP e o ministro recusou-se a receber os moradores.

Todos ficaram mais uma vez a saber qual é o inte-

resse deste falso Governo socialista — atacar os trabalhadores e defender os patrões — mas também deram uma prova da sua força organizada na luta por casas decentes, cumprindo os objectivos traçados pelas Inter's — suas organizações representativas.

Para os moradores **A luta continua.**

— Repudiam a atitude do ministro da Habitação!

— Exigem uma audiência conjunta com o Primeiro-Ministro.

— **Reforçam a sua organização em todos os bairros para exigir ao Governo o cumprimento do caderno reivindicativo!**

Pobres dos Arradadores de Lisboa, Conselho Revolucionário de Moradores do Porto, Associações em Setúbal, Beja, Coimbra, Algarve, Évora, etc.

O movimento criado teve pontos altos, como a manifestação de 17 de Maio de 1975, não tendo havido no entanto resposta ao caderno reivindicativo apresentado na ocasião. Em todo o caso, acabaram por ser garantidos os subsídios (60 a 90 contos por fogo) e o juro do empréstimo (até 4 por cento).

Em Março de 1976 entregou-se ao Governo um novo caderno reivindicativo, em que se exigia o avanço dos processos de expropriação dos terrenos e a concessão dos subsídios e empréstimos prometidos.

4. Contudo os processos não andavam. Os boicotes sucediam-se, os entraves e as má-nobras foram sendo cada vez mais claros e podem-se resumir em quatro grupos:

a) Boicotes na concessão de subsídios, da responsabilidade do Ministério da Habitação.

b) Na expropriação de terrenos, processo da responsabilidade das câmaras e da DGSU.

c) Na tentativa de desvio de 200 000 contos que se tiraria do SAAL para outros programas do Governo.

d) Na criação de um organismo paralelo ao SAAL, em que o problema da habitação já não seria resolvido através das organizações populares, mas pelo contrário, sem a sua participação.

Estes boicotes motivaram inclusivamente a paralisação de

50 operações (envolvendo setenta mil famílias), assim impedidas de prosseguirem os trabalhos.

5. Em consequência desta situação, as intercomissões e associações aprovaram o reforço do caderno reivindicativo em que se exigia o fim imediato daqueles boicotes, a passagem dos terrenos para a posse das associações cooperativas, a realização pelas câmaras das infra-estruturas nos bairros que já tinham projecto, assim como a denúncia de que isto não era senão um ataque organizado e frontal ao processo SAAL e às organizações de moradores.

Tentou-se então marcar uma entrevista com o ministro da Habitação, tendo as intercomissões dado 5 dias no Ministério, recebendo como resposta a não marcação da mesma. O ministro recusa-se a receber-nos, dizendo que fôssemos para casa e que quando tivéssemos tempo nos chamaria.

Mas qual não foi o nosso espanto: *houve tempo para sair o despacho mas não houve tempo para receber as organizações de moradores e discutir com eles os seus legítimos direitos, bem definidos no artigo 65.º da Constituição.*

6. Ao mesmo tempo que o ministro se recusa a receber-nos, faz sair um despacho em que o SAAL é caluniado e passa-se para as câmaras a condução do processo.

**Denunciamos aqui o que isto representa.**

a) Em primeiro lugar representa um ataque ao tipo de trabalho utilizado, ao trabalho com os moradores organizados

ou seja, um ataque ao movimento popular.

b) Em segundo lugar pretende-se a afixão do processo de construção de casas para moradores pobres, visto que a burocracia das câmaras não lhes vai permitir sequer aguentar as operações em curso.

c) Finalmente, e o que é mais importante, representa uma tentativa de destruir o controlo dos moradores sobre as suas próprias casas e terrenos ou seja, o controlo das associações e cooperativas de habitação, o que nos era assegurado através do SAAL.

7. Face a estes miseráveis ataques, próprios de uma classe que nunca teve problemas de casa, face a este processo, semelhante a outros durante o fascismo, as intercomissões, organizações representativas dos bairros de lata e pobres, decidiram arguir um processo de luta em duas fases:

a) Divulgação a todos os níveis desta luta em que nos empenhamos.

b) Realização de uma manifestação de repúdio por mais esta medida de direita, integrada na recuperação capitalista em curso após o 25 de Novembro.

**A manifestação será no dia 13 de Novembro, em local e percurso a anunciar.**

**Nos moradores em luta apelamos à classe operária e ao povo trabalhador para que se associe a nós, não se deixando levar pelas calúnias e mentiras da imprensa reaccionária e pela desinformação com que a burguesia nos quer desviar dos nossos verdadeiros objectivos, tentando dividir-nos.**

Ao mesmo tempo que o ministro da Habitação se recusa a receber os representantes dos moradores em luta pelo direito à habitação (integrados no processo SAAL) o Governo faz sair um despacho (28.10.76) reaccionário em que o SAAL é caluniado e passa-se para as câmaras municipais a condução do processo.

Em resposta, a Intercomissões dos Bairro de Lata e Pobres de Lisboa, a Interassociações dos Bairros de Lata e Pobres dos Arradadores de Lisboa e as Associações de Moradores de Setúbal realizaram em 2/11/76, na Quinta das Fonseca uma Conferência de Imprensa cujo texto-base aqui transcrevemos:

1. A luta dos moradores de bairros de lata e pobres não começou no 25 de Abril. Já antes casos como os de ocupações dos bairros do Bom Sucesso e Odiveiras vieram mostrar que a exigência de casas decentes era um objectivo de luta para todos aqueles

que vivem sem um mínimo de condições de habitação.

2. Com o movimento desencadeado posteriormente ao 25 de Abril, com a onda de ocupações incontroláveis, surgiu a formação de comissões de moradores na maioria dos bairros de lata, o movimento popular

em torno da luta pela habitação cresceu e organizou-se.

Em resposta a este movimento, o Il Governo Provisório criou por despacho o SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) que consagrava entre outros o controlo popular sobre a construção de casas decentes, a propriedade colectiva das mesmas e a expropriação colectiva de terrenos.

3. Através deste processo criou-se uma organização dentro de cada bairro, com a formação de dezenas de associações e cooperativas de moradores que por sua vez se agruparam em órgãos representativos das suas lutas, como as Intercomissões de Bairros de Lata e Pobres de Lisboa, Interassociações de Bairros de Lata e



# Conferência sobre a Reforma Agrária

— entrevista com o camarada Moreira, da cooperativa Poder Popular em Albernoa

Prevista a realização da Conferência de Évora para 9 de Outubro foi depois adiada para o fim do mês em virtude das desocupações (ou adensações) como lhes chamam os dirigentes sindicais que entretanto ocorreram. Sobre estes e outros momentosos problemas que entretanto se desenrolaram, entrevistamos o camarada Moreira da comissão directiva da cooperativa Poder Popular de Albernoa no Baixo Alentejo.

P. P. — Começamos precisamente por lhe perguntar o que pensava sobre as desocupações e como analisava as posições defendidas pelo P.C.P. e pelo M.E.S. sobre esta questão.

Moreira — A posição do P.C. baseia-se em aspectos legais e concorda inteiramente que sejam desocupadas as herdades que ele considera em termos legais não expropriáveis e não incentiva a luta dos trabalhadores. Quer que se cumpra a lei, mas a lei só está a ser cumprida nos aspectos das desocupações pois quanto às expropriações não está a ser cumprida. E o PC não tem alternativa e espera que o Governo mande expropriar as terras que faltam. O MES e os trabalhadores revolucionários exigem que só sejam desocupadas as terras dos Pequenos agricultores e aponta aos trabalhadores o caminho da organização para exigir do Governo as expropriações que faltam.

Aliás na conferência muitos trabalhadores de diversas cooperativas mostraram que estavam dispostos a lutar pelo fim completo dos latifúndios, mesmo aqueles que ainda estão nas mãos dos estrangeiros.

P. P. — Sobre esse problema que tens a dizer das posições das outras forças políticas?

M. — Tanto o PC como o PS só falam em cumprir a lei, dizendo as direcções sindicais que as áreas a desocupar são muito reduzidas. São posições reformistas que pretendem levar os trabalhadores a aceitar

as desocupações injustas, sem resistência e que não os prepararam para exigir novas expropriações, pois deixam-nos completamente desarmados. Os trabalhadores da esquerda revolucionária não concordam com as desocupações dos latifúndios e exigem mais rigor no cálculo das pontuações, pois há proprietários com parcelas noutros distritos ou que têm mais pontuações do que a calculada pelos centros. Durante a conferência aprovaram-se muitas moções sobre esta questão, mas como aquilo era praticamente uma conferência do PC todas as moções apresentadas tinham um sentido legalista e reformista.

## A DEISSÃO DE LOPES CARDOSO

P. P. — Que pensa da demissão de Lopes Cardoso e das possíveis consequências que isso possa vir a ter para a Reforma Agrária?

M. — O problema Lopes Cardoso é quanto a mim um problema muito delicado, pois todos sabemos que o Governo PS não lhe deu segurança nem expansão para trabalhar, pois apesar de não ser um revolucionário pode ser considerado um homem de esquerda, e foram essas limitações do Governo causadas por cadências feitas à direita, de que ele também é responsável, que o levaram à demissão.

Houve muitos camaradas, mesmo afectos ao PC, que estavam dispostos a ir para as ocupações caso o Governo não cumprisse a lei. Houve camaradas revolucionários que tive-



Moreira, cuja entrevista hoje publicamos, com Otelo, durante a campanha para as eleições presidenciais

ram intervenções muito boas no aspecto das desocupações e das expropriações tendo alguns dito até que não é em conferências daquelas que se resolvem esses problemas mas sim com a firmeza dos trabalhadores perante o Governo e obrigando-o a cumprir a lei pois, caso contrário, teremos que ser nós a fazer cumprir-las.

## A DIFICULDADES DAS COOPERATIVAS

P. P. — Além das directamente ligadas com a situação actual outras dificuldades existem que agora se começam a agudizar, como as relacionadas com a vida interna das cooperativas e as relacionadas com a produção. Começamos por perguntar ao camarada Moreira que pensava dessas dificuldades nomeadamente no que diz respeito ao crédito, previdência e salários.

M. — Aqui em Beja fizemos uma proposta no sentido de o crédito ser a um juro reduzido e que só fosse pago a longo prazo pois num ano fazem-se os alqueives, no outro semeia-se o trigo e só depois no ano seguinte é que se devem pagar os créditos levantados no primeiro ano, pois se pagarmos logo no fim do ano para a próxima colheita precisamos de crédito outra vez. Esta era a nossa proposta, mas eles fizeram outra para pagar o crédito a longo prazo mas não clarificaram por quanto tempo. Quanto à previdência não houve soluções nenhuma, embora alguns camaradas do Alto Alentejo mesmo afectos ao PC tenham dito que não pagam os 17,5 por cento pois agora não há patrões: Nós aqui achamos que algm de não pagarmos esses 17,5 por cento para a previdência não devíamos pagar também os seguros pessoais pois é nessa base que podemos aumentar os nossos salários, pois cada trabalhador está a pagar à previdência, segurança social e seguros à volta de 1200\$00 mensais, que devia ser aumentado aos salários dos trabalhadores. Apesar de serem aprovadas propostas para não aumentar os salários, nós sabemos que se vamos retirar os salários apenas dos produtos das cooperativas há algumas que são deficitárias. No entanto o Governo paga subsídios aos retornados; donde é que vem o «excedente do produto dos retornados», como perguntaram lá vários camaradas, e aonde é que está a produção das Forças Armadas? Então o Governo não pode gastar dinheiro com a agricultura e pode gastar com coisas que não produzem nada? Eu sou de opinião que se deviam aumentar os salários através de uma plataforma entre os trabalhadores do distrito. Actualmente os trabalhadores estão divididos, pois, enquanto

as cooperativas do MUC aumentaram os salários (já têm 6000\$00 mensais, subsídio de férias, e 13.º mês) as outras ainda estão como estavam. Algum de que 30 por cento dos trabalhadores do distrito ainda trabalham para entidades privadas ou para o Estado (Serviços Florestais, Herdades Estatais, etc.) e estão a ser prejudicados com isso. Tudo isto é um problema muito delicado e precisa de ser muito bem analisado.

P. P. — E quanto ao problema da comercialização?

M. — Havia posições que defendiam que o circuito de comercialização ou a rede de distribuição devia passar pela CRA (Cooperativa Reforma Agrária) e seria através desse órgão que se faria a comercialização. A nossa proposta era de que os trabalhadores deviam criar um organismo coordenador a partir da base com secretariados a nível de freguesia, depois a nível de concelho e por fim a nível distrital ou nacional. Só assim seria possível levar os produtos ao consumidor sem passar pelas mãos dos intermediários, mas para os elementos do PC tinha que ser um órgão manipulado por eles a fazer isso — a CRA portanto.

## CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA

P. P. — Uma Conferência que reúne três mil delegados de quase 450 unidades é sem dúvida o lugar onde devem ser discutidos os problemas que agora se põem aos trabalhadores do Alentejo e onde se devem tomar as resoluções fundamentais para a consolidação e desenvolvimento da Reforma Agrária. Por isso te queremos perguntar que medidas concretas foram tomadas?

M. — Lá não foram tomadas nenhuma medida concretas. P. P. — E durante a conferência como é que correu a discussão?

M. — Além das teses já elaboradas apareceram propostas para serem debatidas, que foram alteradas, tendo eu perdido que a comissão de redacção fosse aberta a qualquer trabalhador, nem que fosse como espectador, o que acabou por não acontecer.

P. P. — Álvaro Cunhal realçou no final da Conferência, quando discursou, que se devia reforçar a organização dos trabalhadores no seio das UCP e das Cooperativas...

# ESTUDANTES

## Em luta contra o decreto de gestão

A burguesia jogando hoje através dos conciliadores social-democratas no Governo, joga a resolução da crise do capitalismo pela intensificação da exploração da classe operária e de todos os trabalhadores. E por isto que o Governo ataca as conquistas fundamentais dos trabalhadores — a Reforma Agrária, as nacionalizações, o Controlo Operário; também é por isto que precisa de escolas que produzam trabalhadores dominados, intelectual e politicamente e de Universidades que produzam técnicos e ideólogos que levem por diante os seus interesses reaccionários.

É dentro deste contexto que surge o ataque desenfreado à gestão democrática das escolas e às transformações progressistas que elas sofreram após o 25 de Abril.

**Cardia quer destruir o 25 de Abril nas escolas; Cardia quer destruir o ensino crítico, o ensino virado para a vida e luta do povo trabalhador; Cardia quer restabelecer a hierarquia autoritária e capitalista nas escolas. Mas também aqueles que o poderiam fazer — os professores catedráticos — já disseram bem alto que não.**

Isto prova que esta luta não é de minorias, não é só de estudantes que não querem estudar, como caluniam os reaccionários. Ela é uma luta de toda a população das escolas — professores, estudantes e funcionários.

Todos nós recusamos ser instrumentos dóceis nas mãos de Cardia para tornar as escolas novamente um local de opressão à custa de pluralismo.

Nós, estudantes, recusamos uma Universidade para formar ideólogos como o Freitas do Amaral, Sá Carneiro ou Mário Soares — recusamos uma Universidade ao serviço do capitalismo.

É contra tudo isto que os estudantes, professores e funcionários se mobilizam e exigem e revogação do decreto de gestão; e exigem um novo projecto de decreto-lei de regulamentação da gestão, o qual tem de ter como base a experiência de dois anos e meio de controlo progressista nas escolas.

O ministro recebeu uma delegação de estruturas das escolas e recusou o que se lhe exigia. Como resposta, em Plenários de Academia, decidiu-se avançar para formas de luta superiores: um dia de greve geral na Academia Portuguesa, Noventa mil pessoas são aquelas que demonstram assim o seu mais vivo repúdio pela política reaccionária do MEIC, demonstrando ao mesmo tempo uma grande prova de unidade e luta

**A LUTA CONTINUA!  
CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA NAS ESCOLAS!  
UNIÃO DE ORGANIZAÇÃO E LUTA!  
VENCEREMOS!**

sem sectarismos partidários pode-se fazer muito, mesmo muito. Se assim não acontecer não se consegue fazer nada. Temos aliás, exemplos, disso: em muitas UCP's formadas à base do sindicato tem havido muito «barulho» com desentendimentos entre os trabalhadores e desanexações de herdades para formar novas unidades (tendo algumas delas accedido ao MUC). Em Albernoa seguimos outro tipo de organização, formamos cooperativas e depois uma União de Cooperativas, e só é pena que o Governo não nos dê apoio pois toda a gente sabe que as Uniões são de importância vital, porque podem abranger o sector comercial e industrial como património da própria União) como acontece com o lagar de azeite de Albernoa que teria ficado nas mãos do latifundiário se não tivéssemos formado a União. Já mandámos para o secretário de Estado do Comércio o pedido de legalização em cartas com aviso de recepção, mas até hoje ainda não obtivemos resposta.

P. P. — Para finalizar: que crítica tens a fazer à conferência e às suas conclusões?

M. — As críticas fi-las logo eu aqui em Beja, e o Anibal acompanhou-me, quando «eles» apresentaram aqui as

teses e vi que era tudo baseado no PC, e resolveram convidar o Cunhal sem ter sido debatido se se devia convidar ou não. É certo que não escondo o passado dele, mas se se tratava de uma organização de sindicatos sobre a Reforma Agrária nada tinha a ver com partidos políticos. Além disso as questões deviam ter sido analisadas e devia ter sido daque a «agenda». Fiz logo essa crítica, porque numa organização sindical embora muitos dos seus membros sejam afectos a um partido político, o que tem é que defender os trabalhadores e não um partido político.

P. P. — Achas que a conferência teve resultados positivos?

M. — Aquela conferência não foi mais que um começo do PCP como mostra bem claro a presença de Álvaro Cunhal lá. Juntaram-se lá os trabalhadores para depois o sr. Cunhal fazer um começo. Se isto fosse uma conferência organizada pelos trabalhadores, que não olhasse a ideologias políticas partidárias, com técnicos de todas as correntes políticas, convidados pelos trabalhadores e pelos sindicatos, se assim fosse, a conferência podia trazer grandes benefícios. Como tal não aconteceu não lhe vejo muitos benefícios.

## GNR OCUPA HERDADES

«Sem estarem feitas as expropriações que restam, os trabalhadores não consentem em mais atribuições de direito de reserva, porque isso significaria a falência das cooperativas e curto prazo e um regresso ao desemprego e à miséria e antes do 25 de Abril», afirmaria um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, uma semana atrás, dias antes de a GNR ocupar várias herdades sob pretexto da decisão do Governo de atribuir as reservas aos antigos proprietários, fazendo ao mesmo tempo tábuas-rasa do Decreto que impede o direito de reserva «sempre que a viabilidade económica das UCP's seja posta em causa» (assim como diz que o agrário não tem direito à reserva desde que esteja provado ter feito sabotagem económica).

Havia já, pelo menos, o exemplo de uma cooperativa que sentiu na carne os efeitos reaccionários do chamado direito de reserva, pois dez dos doze trabalhadores de uma herdade cooperante, que foi obrigada a devolver uma porção de terra ao antigo agrário, foram imediatamente por este despedidos.

É assim que o Governo «estabiliza» a situação económica e social do nosso país: fomentando o desemprego, retirando na prática aos trabalhadores o direito ao trabalho, concedendo aos agrários o direito à reserva de terras, estrangulando as cooperativas e unidades colectivas.

Ainda sem se ter iniciado o novo processo de expropriações, como os trabalhadores exigem, o CRR de Beja, por determinação do Governo, e com o «apoio» repressivo da GNR armada, começou por entregar ao agrário expropriado José Maria Palma Cano a herdade da Lobata, que faz parte da unidade colectiva «Margem Esquerda», rio concelho de Serpa.

E novamente se consumou o que atrás dissemos: logo que o agrário tomou de novo conta da herdade expulsou de lá todos os trabalhadores, que até hoje ali ganhavam a sua vida (e que foram já impedidos pelas forças de ocupação da GNR de concluir as sementeiras e de apanhar a azeitona).

No entanto, ainda viriam depois a ser ocupadas pela GNR armada, expulsando e proibindo os trabalhadores de retomarem a produção, e de novo a coberto das «reservas» que dão a terra aos agrários que dela não precisam e a tiram aos trabalhadores para quem ela é a fonte de subsistência e que a enriquecem produzindo, foram entregues a herdade do Monte da Ribeira, integrada na UCP «Otelo Saraiiva de Carvalho», no concelho de Cuba, e a herdade do Azinhal, da unidade colectiva «Terras de Catarina».

Mas os trabalhadores estão firmemente dispostos a não ceder um palmo de terra, concentram-se nos seus locais de trabalho e exigem as expropriações que estão por fazer.

# CONGRESSO DOS GDUP

A resolução das profundas contradições que o processo de unidade, iniciado com a candidatura de Ote- lo, encerra nunca se reali- zará em Congressos ou por meio de negociações, mas apenas será possível no ter- reno da luta, face às opções que o trabalho de massas dia a dia impõe.

Este Congresso nunca poderia pretender ser ponto de chegada; as contra- dições não poderiam ficar resolvidas de vez, o debate não poderia ficar esgotado.

O que estava em causa, era a questão de saber se este Congresso seria capaz de se assumir como obreiro de um projecto efectiva- mente unitário.

O que era indispensável, precisamente, era que este Congresso fosse ponto de partida, capaz de criar as condições que permitissem que a longa marcha para a unidade prosseguisse.

E por isso mesmo que o Congresso dos GDUPs constitui uma grande vitória, um importante passo, para todos quantos estão empenhados na tarefa de construir uma alternativa revolucionária para a luta do nosso povo.

O grande risco estava precisamente em que isto fosse esquecido. Se o sectarismo se tem sobreposto às exigências da unidade, se as organizações políticas não têm sabido reprimir

as tentações de domínio e de controlo, o Congresso dos GDUPs viria a consti- tuir o fim de um processo que, a bem dizer, ainda agora começa.

E as dificuldades eram tanto maiores quanto é certo que o projecto MUP é, sem dúvida, ambicioso, em relação ao grau de desen- volvimento (ainda incipiente e sempre «desconfiado») das relações entre os vários elementos empenha- dos no processo tanto no que se refere aos militantes das organizações apoiantes como aos activistas sem partido.

### CRIADAS AS CONDIÇÕES PARA QUE O PROCESSO DE UNIDADE PROSSIGA

Este objectivo principal foi atingido — criar as condições para que o processo de unidade prossiga.

Para isso contribuiu decisivamente o MES. Os nos- sos militantes, a nossa orga- nização, criaram condições para que o projecto unitário continue possível e viável ao imporem:

— uma direcção nacional onde nenhuma organi- zação tem maioria absoluta, e onde o peso dos acti- vistas sem partido se man- têm fundamental. Para isto foi necessário obrigar a UDP a desistir do seu pro- pósito inicial de eleição no- minal em Congresso, o que significaria maioria

sua, dado o peso numérico dos delegados que lhe eram afectos.

— a nova redacção do programa mínimo de luta criando uma plataforma táctica aceitável por todos, mas onde a actual fase se define claramente como fase de resistência.

— a introdução de um preâmbulo aos Estatutos onde para além de se acentuar a necessidade de auto- nomia, se define o MUP co- mo «movimento político unitário (...) que será um poderoso passo em frente no caminho da construção de uma ampla frente de massas».

— a rejeição da defi- nição do MUP como Frente de massas adoptando-se a designação de «movimento Político de Massas, de carácter unitário, com estrutura e direcção política própria». (Embora sem esquecer que esta vitória foi em parte esvaziada de conteúdo quando, na parte especial dos Estatutos se aprovaram princípios — quanto à definição dos acti- vistas e à organização financeira — que estão em contradição com a defini- ção que fora aprovada).

— a rejeição da defi- nição do MUP como Frente de massas adoptando-se a designação de «movimento Político de Massas, de carácter unitário, com estrutura e direcção política própria». (Embora sem esquecer que esta vitória foi em parte esvaziada de conteúdo quando, na parte especial dos Estatutos se aprovaram princípios — quanto à definição dos acti- vistas e à organização financeira — que estão em contradição com a defini- ção que fora aprovada).

### A DISCUSSÃO, OS ACORDOS E OS COMPROMISSOS

Durante os três dias que durou o Congresso houve

discussão e houve debate. Porém muitas expectativas ficaram, por certo, frustra- das.

Nomeadamente porque, compreendendo a impor- tância do que estava em jo- go, as organizações políti- cas empenhadas no avanço do processo de unidade tra- taram de entender-se, che- gando aos compromissos que lhes pareceram acei- táveis, evitando em muitos casos que se extremassem as divergências, preferindo sempre que possível reali- zar cedências mútuas a resolver as contradições pel método numérico das vo- tações, com vitória (absolu- ta) de uma das posições e rejeição (global) da outra.

E mais adiante: «Foram feitos acordos, nomeada- mente entre camaradas do MES e da UDP para evitar a discussão aberta, acor- dos em que os delegados não tiveram nenhum pa- pel».

Esta opção, que foi fun- damental no criar das condições para que o processo de unidade possa prosse- guir, não deixou de criar em muitos delegados sem partido, que têm (e terão de ter cada vez mais!) um papel fundamental neste processo de unidade, uma sensação de frustração por se verem frequente- mente colocados perante «compromissos» para os quais «não tinham sido tidos nem achados».

Uma declaração assina- da por 70 delegados (entre os quais vários activistas

sem partido, membros da CNUP bem como elemen- tos da BASE) que foi distri- buído no fim da sessão de domingo à tarde faz-se pre- cisamente eco destas po- sições. Dela transcreve- mos: «Esperávamos que dentro dos pontos da or- dem de trabalhos houvesse uma discussão aberta das divergências e das diferen- tes pontos de vista, de modo a resolver contradições e a avançar na unidade. Houve essa discussão aberta e franca? Não».

Esta posição reflecte preocupações justas. Só que os acordos não visa- vam «evitar a discussão aberta», mas sim criar as condições para que o deba- te prossiga, onde deve prosseguir — ligado à prática no trabalho concre- to e na luta de massas, em que o MUP agora criado terá de empenhar todas as suas energias.

Afirmar isto não significa que consideremos não ter cometido erros.

As justas posições que defendíamos ficaram, na sua generalidade, consa- gradas no programa e, ge-

nericamente, nos estatutos aprovados — e isso foi, sobretudo, uma vitória da Unidade Popular.

Porém, no que toca ao tom das intervenções em pleno Congresso, é possível que nem sempre tenha ficado claro, em re- lação a cada ponto, qual era, e porque, para o MES, a posição mais justa.

### O FUTURO DO MUP DEFINIR-SE-Á NA PRÁTICA

Esta é uma crítica que aceitamos. Será a nossa prática futura, pela sua coerência com os princípios que vimos defendendo, que se encarregará de fazer cumprir aquilo que o Congresso aprovou, e que serve a causa da Unidade Popular.

No entanto o balanço da actuação de MES é alta- mente positivo, como o é o balanço do próprio Con- gresso.

As bases aprovadas criam condições para que a Unidade Popular possa avançar.

Se avança ou não, e co- mo, são questões que se resolverão na prática de lu- ta.

Aí, mais uma vez, os mili- tantes do MES terão um papel decisivo a desempe- nhar. Da nossa actuação, muito depende. Ao trabalho, camaradas!



## SAUDAÇÃO DO MES AO CONGRESSO

Camaradas e Companheiros:

O Movimento de Esquerda Socialista saúda frater- nal e calorosamente todos os activistas dos GDUP aqui presentes e através de vós todos aqueles que do Norte ao Sul, do Continente às Ilhas se batem com toda a energia pelo avanço da Unidade Popular.

O Movimento de Esquerda Socialista saúda muito especialmente o combatente número um da Unidade Popular, o incansável lutador pelos direitos do Povo, o nosso companheiro de luta general Ote- lo Saraiva de Carvalho.

A firmeza política do general Ote- lo se fica em muito a dever a histórica candidatura revolucionária à Presidência da República que, para além de obter o apoio maciço da classe operária e do proletariado rural trazido nos oitocentos mil votos obtidos, permiti- tu sobretudo o lançamento das alternativas impulsiona- doras da Unidade Popular, os GDUP.

O Movimento de Esquerda Socialista denuncia a «democracia» dos patrões, a «liberdade» dos explo- radores e a «segurança» do capital que liberta os pides e os bombistas e prende Ote- lo.

Alvo de mais uma medida arbitrária e repressiva o companheiro Ote- lo não estará fisicamente presente neste Congresso. O Movimento de Esquerda Socialista declara que nada, nem ninguém, conseguirá afastar o companheiro Ote- lo deste Congresso: Ote- lo está indissolivelmente ligado pelo seu passado e pela sua acção à causa da unidade do povo, dos antifascistas e dos revolucionários, dos GDUP e do Movimento de Unidade Popular. Ote- lo está presente porque sem Ote- lo não será possível dar os passos necessários imediatos para que a Unidade Popular avance, se fortale- ça e se alargue irreversivelmente.

Que viva, pois, este grande obreiro da Unidade Popular, o general Ote- lo!

Camaradas e companheiros delegados:

Nas vossas mãos está a possibilidade de fazer deste Congresso um marco de importância histórica para a luta do nosso povo e para a construção da verdadeira alternativa popular e revolucionária para a crise capitalista.

Chegar a este Congresso não foi fácil, como não foi fácil obter o acordo político que lançou a candi- datura, como não será fácil o caminho, longo e duro, da unidade da classe operária e do povo, de todos os antifascistas e de todos os comunistas e revolucio- nários.

O Congresso para estar à altura das responsabili- dades que todos nós contraímos perante o nosso povo tem que criar as condições para que o amplo movi- mento unitário popular de massas por que lutamos se organize e seja capaz de transformar o caudal de simpatia e determinação gerado em torno da candi- datura de Ote- lo em caudal de unidade, organização e luta.

A construção da Unidade Popular não é possível sem a derrota do sectarismo, mesmo daquele que se esconde atrás da luta contra o sectarismo!

A construção da Unidade Popular não é possível sem a derrota do triunfalismo e do demissionismo; não é possível escondendo as dificuldades em nome das facilidades do passado! Quem agitar constantemente os oitocentos mil votos sem olhar as dificulda- des reais de alargamento da base de apoio dos GDUP por mais horas de empenhamento que tenha nos GDUP dará um contributo tão nulo ao avanço da Unida- de Popular como aqueles que em nome de um projecto puro de unidade que só eles conhecem resolvem ir para casa e desertar do trabalho unitário.

O Movimento de Esquerda Socialista critica dura- mente a posição assumida pelo PRP e pelo MSU que se desligaram da realização deste Congresso.

A demissão não é caminho! Há muito a fazer pela Unidade Popular!

Há que lutar com todas as forças para enraizar os GDUP nas fábricas, herdades e bairros pobres! Há que lutar sem qualquer contemplação contra todos aqueles que pela sua acção sectária reduzem a base de apoio dos GDUP, afastam combatentes antifascistas do caminho da Unidade Popular!

Há que lutar com todas as forças para alargar os GDUP muito para além das forças políticas apoiantes!

Tudo isto tem que ser feito, todas estas batalhas têm que ser ganhas!

O Movimento de Esquerda Socialista, como força comunista que é, não anda ao sabor das marés. Tem uma linha política, tem uma estratégia e uma táctica e bate-se até ao limite das suas forças para que elas vingam no confronto constante com a realidade da luta da classe operária e do povo de Portugal.

Com toda a firmeza dissemos e dizemos: Os GDUP são o caminho para a unidade, os GDUP são a forma concreta e possível de unir e organizar para a luta contra a ameaça fascista, a recuperação capitalista e a ingerência imperialista!

Com toda a firmeza lutaremos para que os GDUP e o MUP se afirmem como o único caminho que conduz à alternativa popular para a crise do capitalismo português.



Se esta batalha algum dia estiver perdida, se o sectarismo e o vanguardismo se sobrepuzarem ao espírito unitário, o Movimento de Esquerda Socialista também o saberá dizer com toda a firmeza e continuar a luta pela unidade em todos os terrenos do combate de classe dos explorados e oprimidos.

Porque não combatemos o sectarismo com o sectarismo!

Porque não combatemos o reformismo e o revisio- nismo com as armas do reformismo e do revisionismo!

Porque os inimigos da unidade não se combatem com as suas próprias armas mas sim com as armas da unidade e da verdade revolucionária!

O Movimento de Esquerda Socialista declara muito claramente que o MUP não será nunca uma frente de partidos ou a frente de um partido!

O MUP ou será um Movimento unitário, popular e de massas com uma direcção própria e autónoma ou não será nada!

As divergências existentes entre as forças políti- cas apoiantes dos GDUP não permitem, e muito menos o aconselha a situação política, a criação de uma frente de partidos.

Nenhuma das forças políticas apoiantes dos GDUP está em condições de chamar a si o exclusivo da direcção do processo de Unidade Popular, pela simples razão de que a classe operária e o povo de Portugal não possuem ainda a sua própria vanguar- da revolucionária, o partido capaz de conduzir a sua luta no caminho do Poder Popular e do Socialismo, no caminho em que o povo toma verdadeiramente e pela primeira vez nas suas próprias mãos o seu destino e a sua libertação!

O Movimento de Esquerda Socialista bateu-se com todas as forças para que este Congresso se pudesse realizar e para que nele seja possível discutir e aprovar um programa de luta que responda às aspi- rações do momento de todos os trabalhadores, aspi- rações que nada têm que ver com qualquer forma de radicalismo — seja o que promete para amanhã a tomada do poder, seja o que promete para amanhã um Governo Popular — mas sim com a resistência à recuperação capitalista e com a construção duma barreira de massas à ameaça fascista.

O Movimento de Esquerda Socialista bateu-se para que seja possível neste Congresso eleger a única direcção possível de estar à altura da unidade popular, isto é:

- Uma direcção onde nenhuma das forças políti- cas apoiantes dos GDUP esteja em maioria;
- Uma direcção onde o peso dos lutadores sem partido seja suficientemente forte;
- Uma direcção que respeite a composição ac- tual dos GDUP sem pôr em causa o processo de unidade;
- Uma direcção forjada pacientemente na luta e para a luta.

Para o Movimento de Esquerda Socialista a eleição de uma qualquer direcção que não respeite estes princípios significaria pura e simplesmente a morte do MUP como alternativa popular.

Camaradas e companheiros: Tem sido longo e difícil o caminho para unir, numa luta comum contra o fascismo, o capitalismo e a ingerência imperialista no nosso país, todos aqueles que sofrem na carne a miséria, a exploração e a opressão. Tem sido longo e difícil o caminho para organizar em termos unitários todos os revolucionários e todos os combatentes do Movimento Popular empen- nhados em derrotar de vez a ameaça fascista e a exploração capitalista e em varrer do nosso país o Imperialismo.

O nosso partido, coerente com as responsabili- dades que tem perante as massas, desde há muito que luta com todas as energias pela construção da unida- de dos revolucionários e do povo. Temos consciência clara que sem a edificação de uma ampla frente anti- fascista e anticapitalista e sem que se construa a partir da luta das massas e em ligação íntima com essa luta o Partido Revolucionário da Classe Ope- rária, não é possível derrotar o fascismo, o capitalismo e o imperialismo, conquistar o Poder Popular e o Socialismo.

É com este espírito camaradas e companheiros que o Movimento de Esquerda Socialista saúda este Congresso!

Que ele seja um Congresso na luta e para a luta! Que ele seja um Congresso para a organização! Que ele seja um Congresso para a unidade!

Viva o general Ote- lo! Viva o Movimento de Unidade Popular!

## Composição da CNUP

- Luis Moita, 37 anos, professor, membro da CNUP
- Eduardo Pires, 27 anos, engenheiro monitor da Lisnave, mem- bro da CNUP
- Afonso de Barros, 37 anos, professor, membro da CNUP
- Carlos Beato, 30 anos, funcionário público, Distrital de San- tarém
- José Luis Ganhão, 32 anos, operário electricista, membro da CNUP
- José Manuel Esperto, 44 anos, enfermeiro, membro da CN- PUP
- Joaquim Ortiz, 43 anos, carteiro, membro da CNUP
- Senhorinha Franco, 39 anos, operária tapeteira, Distrital de Évora
- Florindo Fraga, 27 anos, operário metalúrgico, Distrital de Lisboa
- Manuel Pires, 25 anos, empregado de escritório, Com. Zona de Algés
- Mário Brochado Coelho, 38 anos, advogado, SAAL-Norte, GDUP Pastelreira
- Maria da Conceição Moita, 39 anos, funcionária pública, Com. Planeamento e Prop.
- Catalina Pestana, 29 anos, funcionária pública, GDUP Casa Pia
- Jorge Almeida Fernandes, 34 anos, jornalista, membro da CNUP
- João Tiago, 32 anos, empregado, GDUP da Soc. Central de Cervejas
- Jerónimo Franco, 32 anos, operário, GDUP dos TAP
- Carlos Magro, 33 anos, funcionário público, membro da CN- PUP
- Salgado Matos, 30 anos, jornalista, membro da CNUP
- Nuno Pereira da Silva, 35 anos, funcionário público
- Eduardo Cruz, 34 anos, empregado de escritório, membro da CNUP
- Homero da Silva Cardoso, 30 anos, jornalista
- Padre Salomão, 33 anos, sacerdote, Distrital de Faro
- Gabriela Relvas Gonçalves, 24 anos, professora, GDUP Porta do Sol — Madeira
- Angelo Rodrigues, 23 anos, operário da Edifor, GDUP de empresa
- José Matias, 35 anos, ajudante de motorista, Distrital de Faro
- Francisco Cordovil, 26 anos, economista, Distrital de Lisboa
- Salvador Oliveira, 28 anos, operário da Lisnave, GDUP de

## VIVA O MUP

## Quem não quer a autonomia?

Ao definir a natureza do MUP, a tese da Frente de Massas foi derrotada em favor de uma fórmula de compromisso — Movimento Político de Massas, de carácter unitário com estrutura e direcção política próprias.

Esta foi uma importante cedência da UDP em re- lação às teses que vinha defendendo.

No entanto, na votação das obrigações dos acti- vistas, a UDP retomou a sua concepção de «frente diluída», tendo os seus numerosos delegados votado e feito aprovar propostas que deixam o MUP bastante desarmado, do ponto de vista organizativo.

### ACEITAR SEM ADERIR

Assim, no artigo 7.º, a) foi rejeitada a alternativa onde se afirmava ser dever dos activistas aderir activa- mente ao programa e estatutos. Em vez dela foi apro- vado que basta aceitar o programa e estatutos.

Elementos da-UDP argumentaram, em defesa da sua posição, que ela era a única que permitia manter o MUP aberto, evitando a disciplina rígida, própria dos partidos.

A fraqueza do argumento é visível. O carácter unitário de uma organização define-se pelo programa e objectivos de luta, definidos de modo a permitir unir vários estratos e camadas sociais sob uma mesma bandeira, e nunca pelo facto de considerar activistas elementos que só o são de nome. Aliás o que significa- rá aceitar os estatutos sem aderir a eles na prática?

### AUTONOMIA COMPROMETIDA

Mas mais grave foi, quanto à alínea f) do mesmo artigo, a rejeição da alternativa que propunha e regulari- dade das contribuições dos activistas, «na medida das suas posses».

## Quem não quer a autonomia?

Mais uma vez elementos da UDP defenderam as suas posições (vitoriosas em votação) afirmando que só elas impediam que o MUP assumisse ca- racterísticas de partido. Ora isto é demagogia!

Não é por haver regularidade de quotizações, não é sequer por existir disciplina entre os activistas, por estarem estabelecidas obrigações e responsabilidades para as tarefas a realizar que uma organização se define como partido.

A disciplina e a responsabilidade são necessárias em qualquer organização, seja partidária, seja unitária.

Sem disciplina, sem responsabilização, nada funcio- na. Negá-lo, em nome seja de que princípio for, é pura demagogia.

O que a posição adoptada significa é um rude golpe na autonomia e operacionalidade do MUP.

A prática passada dos GDUP's mostra bem as graves consequências da falta de autonomia financeira — que pode chegar a provocar a paralização dos órgãos de direcção.

Era uma questão importante, para todos os que têm estado empenhados no trabalho dos GDUP, que este Congresso pudesse ordenar na situação financeira, a disciplina, estabelecesse regras.

Afinal o MUP vai continuar dependente de receitas extraordinárias — recolhidas de fundos, o que a prática já mostrou ser extremamente deficiente. E fica tam- bém dependente dos apoios financeiros externos, nomeadamente das organizações apoiantes. É neste sentido que a falta de autonomia financeira significa, também aqui, falta de autonomia política. Esta si- tuação pode favorecer determinados desígnios de contro- lo, mas não favorece, seguramente, a causa da uni- dade popular.

Por isso o MES se bateu pela alternativa contrária. A prática futura se encarregará de mostrar aos acti- vistas do MUP a gravidade do erro cometido.

# PROGRAMA IMEDIATO DE LUTA

Reproduzimos a seguir o programa mínimo de luta, aprovado em Congresso.

Este texto veio substituir a versão inicial, publicada na última página do Luta Continua-Especial Congresso, que era por todos considerado manifestamente vago e insuficiente.

O texto agora aprovado define claramente a fase actual de luta como fase de resistência («o objectivo central por que luta o MUP é levantar a resistência vitoriosa» — afirma) e define com maior precisão os «objectivos imediatos da luta do povo».

## 1. INTRODUÇÃO

Em 25 de Abril de 1974, o regime fascista foi derrubado. Os capitães do M.F.A. e os soldados, com o total apoio do povo português, deram o golpe fatal no Governo marcelista, abrindo o caminho para um futuro diferente.

Foram conquistadas liberdades democráticas. As massas trabalhadoras e populares organizaram-se nos seus órgãos representativos. A força popular, aliada aos oficiais e soldados progressistas, fez abortar os golpes stalinistas-fascistas do 28 de Setembro e 11 de Março.

Através de uma poderosa vaga de greves e lutas, as massas exploradas conquistaram melhores condições de vida.

Foi posto fim à guerra e os povos das colónias conquistaram a sua independência.

Passando a uma fase superior de luta, alcançaram-se grandes conquistas populares e revolucionárias as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, que constituíram duros golpes na dominação burguesa e imperialista sobre o nosso País e o nosso povo.

Mas não constituíram ainda transformações irreversíveis na sociedade portuguesa. O avanço do movimento popular não foi suficiente para liquidar as raízes mais profundas da exploração e da opressão sobre o povo trabalhador de Portugal.

Nos campos do Norte e Centro, a situação não foi praticamente alterada. O 25 de Abril ainda não chegou a largas zonas rurais.

A dependência do nosso País face ao imperialismo não foi tocada. Sem eliminar essa dependência não serão possíveis transformações sérias e irreversíveis no nosso País.

Os vários Governos provisórios não destruíram totalmente os fascistas e os grandes exploradores e conciliaram com eles. As forças políticas representativas dos interesses do capitalismo nacional e internacional, organizadas no C.D.S. e P.P.D., na C.I.P. e na C.A.P., não deixaram nunca de conspirar e manobrar para recuperar o terreno perdido. Procuram restabelecer violentamente o regime de exploração que o povo português odeia e quer liquidar de uma vez por todas.

Especialmente depois do golpe reaccionário do 25 de Novembro intensificaram a ofensiva para franquear as portas à recuperação capitalista e à ingerência imperialista.

A política seguida pelo Governo do dr. Soares, é uma política de cedências à direita, que apenas favorece as ambições dos fascistas, dos grandes capitalistas e dos seus servidores: — fazer pagar pelos trabalhadores a crise económica e social em que os capitalistas mergulharam o País.

A carestia e o desemprego voltam a esmagar os trabalhadores portugueses. As grandes conquistas populares são postas em causa: — a Reforma agrária é ameaçada pelas desocupações, promete-se o direito de reserva e indemnização aos latifundiários e monopolistas, ameaça-se com a devolução das empresas sob controlo esta-

tal ou dos trabalhadores, permite-se o regresso dos saneados e os despejos, «Pides» e bombistas andam em liberdade, enquanto ressurge a repressão sobre os trabalhadores em luta e quem se ponha ao seu lado. A política do Governo é acentuar a dependência e o endividamento do País face ao imperialismo e com ele aumenta a ingerência imperialista em Portugal.

As cedências à direita têm um efeito contrário àquele que o Governo diz pretender atingir: — em vez de diminuir a pressão, a direita acentua-a. A política anti-operária e antipovo do Governo social-democrata do dr. Soares é um obstáculo à resistência vitoriosa do povo português contra a ameaça fascista, a recuperação capitalista e a ingerência imperialista. O dever de todos os antifascistas e revolucionários é oporem-se vigorosamente a ela.

Perante a incapacidade do Governo, as diversas forças burguesas apresentam-se ao povo como as únicas capazes de resolver definitivamente a crise, procurando ganhar para o seu campo sectores cada vez maiores da pequena e média burguesia e utilizar em seu favor o descontentamento dos trabalhadores da cidade e do campo.

O M.U.P. diz muito claramente:

«A origem das dificuldades actuais não está no 25 de Abril e nas conquistas populares, como apregoam os fascistas, mas no facto dessas conquistas não se terem aprofundado e tornado irreversíveis, na liberdade que se deu ao grande capital nacional e internacional, para continuar a explorar. As conquistas alcançadas não são para liquidar, são para defender e desenvolver».

2. Depois do golpe reaccionário do 25 de Novembro, a resposta popular à ameaça fascista, à recuperação capitalista e à ingerência dos imperialistas na nossa terra, iniciou-se de uma forma desorganizada. Mas nas eleições para a Presidência da República, a candidatura revolucionária do camarada general Otelo Saraiva de Carvalho, veio a assumir a forma de uma grande mobilização nacional para a luta por uma alternativa popular e revolucionária capaz de dirigir a resistência do povo. Alternativa que reagrupa as forças populares e revolucionárias, abrindo caminho para a retomada da ofensiva popular para acabar com toda a forma de exploração e opressão em Portugal.

Nesta batalha está interessada a esmagadora maioria do povo português: a classe operária e os assalariados da cidade e do campo, os camponeses e todos os explorados e oprimidos pelo jugo do capital.

3. O que pretende o Movimento de Unidade Popular?

O Movimento de Unidade Popular surge como uma grande movimentação unitária popular e de massas que se destina a unir todos os homens e mulheres, independentemente das suas convicções ideológicas ou religiosas, com ou sem partido, antifascistas, socialistas e comunistas, católicos ou ateus, todos os

que querem impedir o regresso ao 24 de Abril de 1974.

O objectivo central por que luta o Movimento de Unidade Popular é levantar a resistência vitoriosa de todas as forças populares e progressistas à ameaça fascista, à recuperação capitalista e à ingerência imperialista em Portugal.

O Movimento de Unidade Popular opõe-se a qualquer so-



lução fascista ou fascizante que o C.D.S. ou o P.P.D. querem impor.

O Movimento de Unidade Popular não deposita nenhuma ilusão nem no Governo soarista que vende a liberdade aos bocados de um pretexto de a defender, nem em «Governos de esquerda» agrupando os mesmos partidos que já estiveram várias vezes no Governo; mostrando-se incapazes de adoptar as medidas dos interesses das massas trabalhadoras e a defesa da liberdade exigem.

O Movimento de Unidade Popular luta para que a classe operária e o povo possam vir a conquistar um Governo fiel às suas reais aspirações e aos seus reais interesses históricos.

O Movimento de Unidade Popular chama todos os trabalhadores portugueses à unidade e à luta na defesa e desenvolvimento das grandes conquistas populares.

O Movimento de Unidade Popular chama os camponeses pobres e explorados, espezinhados desde há séculos pelos parasitas e intermediários, à luta pelos seus direitos.

O Movimento de Unidade Popular chama a juventude e as mulheres, camadas desde sempre das mais oprimidas, a incorporarem-se no grande movimento popular unitário.

O Movimento de Unidade Popular chama os intelectuais progressistas à unidade com o povo explorado, por uma sociedade mais justa.

O Movimento de Unidade Popular chama todo o povo português a levantar-se com toda a firmeza contra a descarada ingerência imperialista, contra a política de entrega ao estrangeiro. Por um Portugal completa-

mente livre e independente.

O caminho que o Movimento de Unidade Popular aponta é o da unidade na acção de todos os progressistas.

É o da organização e fortalecimento do movimento popular, do reforço, da organização sindical dos trabalhadores, dos órgãos populares de base, das associações camponesas.

É o caminho da luta firme e confiante pelos nossos direitos, na certeza de que nada se alcançará sem luta, unidade e sacrifício.

O Movimento de Unidade Popular chama o povo trabalhador de Portugal a lutar pelos objectivos imediatos do programa da unidade popular.

## OBJECTIVOS IMEDIATOS DA LUTA DO POVO

O Movimento de Unidade Popular, tal como propôs o programa de candidatura do camarada Otelo, aponta como objectivos da luta do povo que constituem o seu programa imediato de luta, os seguintes:

1. NA LUTA CONTRA A REpressão, A ESCALADA DA DIREITA E A AMEAÇA FASCISTA

O inimigo principal do povo português é a direita reaccio-

nária e fascista que não tem medo de ganhar terreno à social-democracia, depois do 25 de Novembro.

A direita reaccionária e fascista organizada na C.I.P., na C.A.P., no C.D.S. e no P.P.D. tem como objectivo fundamental a «salvação» do capitalismo por um regime autoritário ferozmente repressivo.

A direita reaccionária e fascista sabe que não há soluções de meios limpas para resolver a crise económica e social no nosso País — ou um regime assente na repressão impõe o que interessa ao capitalismo ou o povo trabalhador unido e organizado acabará por liquidar toda a exploração e opressão.

Mas a direita reaccionária e fascista sabe que os trabalhadores portugueses não estão ainda desarmados nem derrotados de maneira a serem presa fácil dos seus intentos.

Por isso, à sombra da democracia burguesa, à sombra do Governo social-democrata do dr. Soares, a direita reaccionária e fascista vai conquistando posições e preparando o terreno para o regime opressor que ambiciona.

Pressionando a adopção da legislação anti-operária e anti-popular que limite o alcance das disposições progressistas da Constituição Política da República Portuguesa, a direita reaccionária e fascista não se contenta com as cedências dos social-democratas e não tardará que exija a suspensão desta mesma Constituição.

Manobrando para prolongar o regime de liberdade condicional e impedir a reintegração dos militares revolucionários, nomeadamente do camarada Otelo, o que a direita reaccionária e fas-

cista pretende atingir é o isolamento de todos os militares democratas, tornando as Forças Armadas no instrumento dócil dos seus desígnios golpistas.

Atacando uma a uma todas as grandes conquistas populares e revolucionárias do povo em nome da «liberdade» e da «legalidade» burguesa, a direita reaccionária e fascista mais não quer que a supressão terrorista dessas conquistas e o regresso integral à repressão feroz e à exploração odiosa do 24 de Abril de 1974.

A ameaça fascista vai engrossando dia a dia com o reforço das posições dos reaccionários e fascistas nas Forças Armadas e em todo o aparelho de Estado.

É os conciliadores que, praticando uma política de cedências, julgam satisfazer os apetites da direita reaccionária e fascista mais não fazem do que abrir-lhes as portas e facilitar-lhes a conspiração.

Por isso, o M.U.P. chama todo o povo trabalhador à luta intransigente contra a ameaça fascista. Unido, organizado e vigilante o povo imporá pela sua luta:

— Defesa da liberdade de expressão, reunião, associação, organização e manifestação, desde

que não defendam ideias e práticas fascistas e fascizantes.

— Liberdade total para o general Otelo e todos os militares antifascistas e revolucionários, prisão dos «pides» terroristas com o seu julgamento público imediato.

— Proibição da Imprensa fascista e do regresso e reintegração dos fascistas saneados, em particular das Forças Armadas.

— Fim da disciplina fascista nos quartéis e da profissionalização das Forças Armadas.

2. NA LUTA CONTRA A MISÉRIA, A EXPLORAÇÃO E A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

A recuperação capitalista não é o simples regresso dos Melos e Champalimauds e a entrega das empresas nacionalizadas aos antigos donos. A recuperação capitalista é a utilização de todos os meios para fazer pagar a crise do capitalismo à classe operária e ao povo explorado.

A política de recuperação capitalista à sombra da qual vai engrossando a ameaça fascista em princípios simples e directos: enganar e reprimir para poder explorar e dividir.

A divisão e o engano e repressão serão usados por todas as forças burguesas para isolar a classe operária do resto do povo e esmagar os seus elementos mais activos.

As tentativas de divisão dirigem-se acima de tudo contra as organizações democráticas e de classe dos trabalhadores. As forças burguesas, toda a direita, querem atingir dois objectivos fundamentais para dividir os trabalhadores:

— Liquidar a unidade sindical para dividir o movimento sindical português.

— Liquidar as comissões de trabalhadores como órgãos de luta e controlo operário, empurrando-os para a colaboração com o patronato.

Através dos despedimentos, do desemprego e do aumento dos preços, a burguesia quer fazer pagar aos trabalhadores o preço da reconversão da economia capitalista portuguesa e da sua total integração na órbita dos interesses imperialistas. É para isto que a burguesia quer desarmar o movimento operário e popular. É contra isto que temos de cerrar fileiras e não recuar.

Por isso, o caminho que o M.U.P. aponta aos trabalhadores é o de unidade na luta do combate de classe e nunca a conciliação e a cedência aos inimigos.

Unido e organizado o povo trabalhador imporá:

— Fim aos despedimentos e saída imediata dos C.C.T.

— Não à Lei da Greve e revogação de todas as leis anti-operárias e antipopulares.

— Melhores condições de trabalho e de vida, especialmente aumento de salários, redução dos leques salariais, redução de horários e das vítimas de trabalho, limitação das horas extraordinárias e criação de novos postos de trabalho.

— Consolidação das nacionalizações, desmantelamento dos grupos financeiros.

— Não ao regresso dos patrões e ao boicote das empresas geridas pelos trabalhadores, defesa do controlo operário.

— Fim da política que visa fazer dos sectores nacionalizados a base de acumulação do capital privado. Não às indemnizações aos grandes capitalistas.

— Congelamento do preço dos produtos essenciais.

— Direito à habitação, fim dos despejos.

— Saúde, transportes e assistência melhores e mais baratos.

— Contra a política reaccionária do sector da Educação que quer colocar o Ensino ao serviço da recuperação capitalista.

3. NA LUTA PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES E O REFORÇO DAS SUAS ORGANIZAÇÕES AUTÓNOMAS.

O alvo contra o qual mais encarnadamente a direita e todas as forças burguesas lancam o seu ataque são as organizações democráticas e de classe dos trabalhadores.

Os inimigos do povo sabem que afiadas as mais sólidas barreiras contra os seus ataques. Os inimigos do povo sabem que sem as organizações democráticas e de classe dos trabalhadores, o povo não se une e a ameaça fascista, a recuperação capitalista e a ingerência imperialista encontram o terreno livre para manobrar, conspirar e desenvolver os seus ataques.

O M.U.P. afirma que a unidade do povo é constituída na luta e fortalece-se defendendo:

— Uma Central Sindical Única e um sindicalismo de classe democrático e apartidário.

— Organizações populares de base que estejam na primeira linha do combate de todo o povo sem cair nas malhas da colaboração de classes.

— Contra a divisão do povo trabalhador e a colaboração de classes, o povo trabalhador imporá:

— Fortalecimento do Movimento Sindical e um Congresso Sindical Democrático de todos os Sindicatos e de todos os Trabalhadores.

— Defesa, reforço, desenvolvimento e coordenação das organizações populares de base (comissões de moradores, comissões de trabalhadores, assembleias populares) e das cooperativas.

— Participação das organizações de massas dos trabalhadores e do povo na vida das autarquias e na resolução dos problemas locais.

— Organização da luta das mulheres e dos jovens em torno dos seus problemas específicos

Continua na pág. 9

# MUP — PREÂMBULO DE ESTATUTOS

O preâmbulo dos estatutos aprovado pelo Congresso consagra concepções correctas quanto à natureza do MUP.

Aí se afirma claramente que «os GDUPs (...) reproduzindo-se pelo país aos milhares (...) originarão a partir da base a estrutura de uma grande frente de massas populares». Fica, pois, claro que o MUP não é ainda a Frente de Massas, mas o ponto de partida para a sua criação.

Este facto articula-se aliás com a questão da construção do Partido Revolucionário da classe operária, processo que se encontra ainda em fase recuada (digam o que disseram o PCP ou o PCP (r)) e para o qual será também decisivo o correcto desenvolvimento do processo de unidade popular em curso.

Passamos a reproduzir, na íntegra, o preâmbulo dos Estatutos.

## PRP — suicídio político?

Já há algum tempo que o PRP disfarçava mal o desespero que o invadia por não conseguir impor no seio dos GDUP's as suas posições partidárias.

As suas teses das «4 componentes» e do «confronto imediato» viriam efectivamente a ser rejeitadas em Congresso pela quase totalidade dos delegados.

O PRP, que tentara já várias manobras antes do Congresso (comunicados provocatórios na sequência da manifestação a Caxias, não participação enquanto organização no Congresso) tenta, no final dos trabalhos, o golpe de teatro: acusa um dos mais prestigiados dirigentes da Unidade Popular, Luís Moita — de ter prestado informações na PIDE.

A manobra, porém, não surtiu o efeito desejado. Os factos, se bem que verdadeiros (Luís Moita fraquejou na PIDE, após tortura, quando da sua segunda prisão) eram já de há muito conhecidos dos restantes dirigentes da Unidade Popular (entre os quais dirigentes do PRP que com ele trabalharam desde as presidenciais!).

Por outro lado — como foi sublinhado em várias e sucessivas intervenções — Luís Moita há muito realizou na prática a mais cabal autocrítica pela sua prática revolucionária e pela firmeza das suas posições ao longo de dois anos de luta política.

O oportunismo e a baixa de atitude do PRP só vieram afinal tornar claro que esta organização está contra a unidade popular (pelo menos a partir do momento em que verificou não poder controlá-la partidariamente...).

E tudo indica que o feitiço se virou contra o feiticeiro. Atestam-no a crise interna que provocou no PRP (as demissões em bloco na Página Um são apenas um exemplo). Perante tamanha sujeira é natural (e salutar) que os militantes honestos que o PRP tem se desolidarizem de uma tal organização.

Terá sido o suicídio político do PRP? É bem possível.

## PROGRAMA DE LUTA

Continuação da pag. 8

e contra as discriminações de que são vítimas.

4. NA LUTA CONTRA A DIVISÃO ENTRE O NORTE E O SUL, O CONTINENTE E AS ILHAS, A CIDADE E O CAMPO.

Mas o caminho da unidade popular, o caminho da unidade do povo português contra a ameaça fascista, a recuperação capitalista e a ingerência imperialista tem uma batalha imediata e decisiva a travar. Sem unir todos os que sofrem a exploração e a opressão nas cidades e nos campos, no Norte e no Sul do País, no continente e nas ilhas a resistência do povo não poderá nunca ser vitoriosa.

A candidatura revolucionária do camarada Otelo foi o primeiro passo nesta batalha pela unidade. O M.U.P. organizado e unido, todo o povo nas duras lutas de resistência, aponta o caminho seguro da unidade nacional que é a unidade popular, a unidade e a luta do povo contra os seus inimigos.

Unido e organizado, o povo trabalhador assegurará e consolidará:

— A organização dos trabalhadores rurais, garantindo a gestão colectiva das herdades e cooperativas.

— A luta contra as desocupações de terras e indemnização aos latifundiários e o direito de reserva pelo avanço da Reforma Agrária.

— A constituição de Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas do Norte e Centro, luta por melhores jornas, por trabalho assegurado todo o ano, por assistência e direito à reforma.

— Defesa dos interesses dos pequenos e médios agricultores, luta pela descida dos adubos e alfaias, pela organização de coo-

perativas, comissões e ligas camponesas.

— Garantia do escoamento dos produtos a preços justos, e fim dos intermediários parasitários.

— Liquidação das bases sociais e económicas do separatismo nos Açores e Madeira que o imperialismo inspira.

5. NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

— A política de cedências dos social-democratas tem aberto o campo à ingerência descarada dos imperialistas, em particular dos Estados Unidos da América na vida e nos assuntos internos do nosso povo e do nosso País. O empenhamento político, económico e militar do País ao imperialismo que o Governo social-democrata servilmente facilita, ameaça tornar Portugal numa colónia do imperialismo e a luta do povo português em joguete da política agressiva e de partilha do Mundo das grandes potências imperialistas.

O M.U.P. chama todo o povo trabalhador à luta pela independência total do nosso País, pondo fim à ingerência imperialista que pesa sobre Portugal.

Unido e organizado, o povo trabalhador lutará sem vacilar:

— Pelo fim da ingerência dos imperialistas nos domínios políticos, económicos e militares. Saída da N.A.T.O. e do Pacto Ibérico.

— Pela desocupação de todas as bases militares estrangeiras (Terceira, Flores, Beja) assim como dissolução da Brigada da N.A.T.O.

— Pelo fim do endividamento ao estrangeiro. Controle dos investimentos e medidas para combater o domínio da economia pelos monopólios imperialistas.

O MUP existe para servir a luta do povo. O MUP existe para organizar os trabalhadores combativos na luta contra o fascismo, a exploração e a miséria. O MUP existe para levar à prática o projecto de unidade popular, aquele mesmo projecto que o General Otelo Saraiva de Carvalho apresentou ao povo trabalhador português ao candidatar-se à Presidência da República. O MUP chama às suas fileiras todos os combatentes populares que, independentemente das suas tendências políticas ou convicções religiosas, se dispõem a lutar por uma sociedade nova onde seja possível o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras, a sociedade socialista.

O MUP é um movimento político unitário, constituído pelo conjunto dos Grupos Dinamizadores de Unidade Popular, e que será um poderoso passo em frente no caminho da construção de uma ampla frente de massas, capaz de conduzir o nosso povo, no período actual, à vitória sobre a ameaça do fascismo, a recuperação capitalista e a ingerência imperialista. O general Otelo afirmou-o claramente: «Os GDUP terão de ser a célula embrionária que, reproduzindo-se pelo País às centenas, aos milhares, reforçarão cada vez mais este amplo movimento de unidade popular que se gerou e originarão, a partir da base, a estrutura de uma grande frente de massas populares».

O MUP para cumprir o seu papel histórico de consolidação da Unidade Popular e o fortalecimento da unidade revolucionária no combate contra o fascismo e pelo socialismo, não sendo um partido político, também não é a frente de um partido nem uma frente entre vários

partidos. Ele é um movimento aberto a todos os antifascistas e revolucionários, com ou sem partido, seja qual for o partido em que estejam filiados. No MUP não pode haver lugar para qualquer sectarismo: todos os seus activistas, pertençam ou não aos partidos apoiantes, têm os mesmos direitos.

O MUP reconhece a existência e o apoio de organizações políticas revolucionárias que educam, mobilizam e enquadram uma grande parte dos militantes revolucionários. Essas organizações têm um importante contributo político e organizativo para o avanço do projecto de unidade popular, mas mantêm integralmente a sua independência a todos os níveis face ao MUP e, reciprocamente, têm de respeitar também integralmente a autonomia e o carácter unitário do MUP.

O MUP não visa substituir-se às organizações populares de base ou a quaisquer outras organizações autónomas dos trabalhadores. Antes reconhece o papel fundamental destas organizações na luta do povo. Reforçar, dinamizar e lutar pela coordenação de todas as formas de organização popular é a tarefa do MUP e dos seus activistas.

O MUP, como movimento popular e unitário que luta pela construção da grande frente popular de massas tem de reforçar incessantemente o seu enraizamento na vida e na luta do povo trabalhador. E preciso que os GDUP estejam solidariamente ligados às lutas, à vida das massas; é preciso que os GDUP tomem a cabeça dessas lutas, dirijam o povo nos confrontos com os seus inimigos. Uma direcção política revolucionária para a luta de massas não se cria num gabinete, não aplica uma linha política que lhe caia do céu. Constrói-se, sim, centralizando a experiência e as lições das lutas do povo trabalhador, lançando as palavras de ordem justas e adequadas à relação de forças em cada momento.

O MUP luta pela democracia dos trabalhadores e aplica, na sua vida e actividades, as regras da democracia dos trabalhadores, pois é este o único caminho para reforçar a unidade popular. Unidade que se constrói ligada ao trabalho de massas, democracia que se pratica aceitando o controlo das massas. Não há unidade sem democracia, nem democracia sem ligação às massas e fora do controlo das massas.



A Comissão Nacional de Unidade Popular, fotografada na sessão de encerramento do Congresso

## Contra o oportunismo e a demagogia!

### GDUP DE SETUBAL APOIA JOSÉ AFONSO

1. Considerando a necessidade política cada vez maior da alternativa de Unidade Popular que é o MUP.
2. Considerando que a construção dessa alternativa, não se compadece com atitudes sectárias de oportunismo político.
3. Considerando que a atitude do camarada Zeca Afonso em relação à forma como o Acácio Barreiros, apareceu à frente da lista para a Câmara Municipal de Setúbal e o próprio modo de elaboração da mesma, é correcto.
4. Considerando que no plenário distrital dos candidatos de Unidade Popular de Setúbal, foi aprovada uma moção em que se criticava a posição do dito camarada, acerca do modo como foi elaborada a lista para a Câmara.
- 2) Repudiar energicamente a intervenção do camarada Camilo, altamente demagógica, deturpada da verdade e caluniadora, repudiando também a moção de censura e pedido de autocritica, exigido ao camarada Zeca Afonso.
- 3) Entender portanto que a atitude do camarada Zeca não foi divisionista porque:
  - 1.º Os factos por ele relatados são verdadeiros.
  - 2.º Que essa atitude não pode ser considerada divisionista, pois ela só pretende desmascar o sectarismo e o divisionismo.
- 4) Reafirmar a disposição do GDUP de se continuar a bater pela Unidade Popular, pondo a verdade revolucionária, acima de tudo.

O GDUP do bairro de Troino reunido decide em 15/11/76

- 1) Solidarizar-se com a posição do camarada Zeca Afonso.

Esta moção foi aprovada por maioria com 2 votos de abstenção

O GDUP DO BAIRRO DE TROINO



# ESTÁ NAS NOSSAS MÃOS CONSTRUIR A ALTERNATIVA POPULAR PARA A CRISE!

Escassos dias passaram após a realização do Congresso dos GDUP's e já os comentaristas políticos de todas as simpatias e inclinações políticas começaram a descarregar torrentes de considerações, equívocos e impropérios (em alguns casos) sobre os resultados políticos visíveis (ou adivinhados segundo as preferências de cada um) do Congresso constitutivo do MUP.

Para nós, empenhados activamente na batalha da unidade, organização e luta do povo trabalhador contra a ameaça fascista, a recuperação capitalista e a ingerência imperialista, as ilacções que tiramos do Congresso do MUP são necessariamente outras e não conhecemos os descaminhos da profecia nem da insinuação política gratuita.

Definimos anteriormente todo o processo que conduziu à realização do Congresso dos GDUP's como importante batalha política. Que objectivos táticos tinhamos nós fixado para esta batalha?

Fundamentalmente três.  
a) Criar o MUP como organização política unitária e de massas e dotá-lo de uma direcção política autónoma ligada às lutas e anseios das massas trabalhadoras.

b) Consagrar estatutos que permitissem o enquadramento de activistas de origens diversas, políticas e ideológicas.

c) Aprovar um programa imediato de luta claro e concreto que apontasse ao povo os objectivos fundamentais da sua luta, definindo com precisão os seus inimigos.

Podemos dizer que os três objectivos táticos de-

finidos foram cabalmente cumpridos? Em política, as respostas de sim ou não têm valor controverso e a vitória táctica apenas o é enquanto concretização de uma estratégia.

## UM MOVIMENTO UNITÁRIO DE MASSAS E NÃO UM PARTIDO

Três concepções sobre a natureza do MUP se defenderam no Congresso.

A primeira, que foi inequivocamente rejeitada, é a de que o MUP constituía a plataforma necessária para criar um «partido de massas».

Para o MES esta concepção era espontaneísta e poderia conduzir, se triunfasse, à criação de um partido populista, de natureza de classe heterogénea, que sempre foi e seria uma porta aberta para aventuras que custam caro ao movimento operário e popular. Isto porque no MUP estão cada vez mais as vanguardas populares amadurecidas em diversas frentes de luta e mais amplas que a vanguarda proletária, mas também mais indefinidas, logo inconsequentes, do ponto de vista proletário.

A rejeição desta concepção pode surgir para muitos camaradas como facto menor. Então não se sabia já que apenas os elementos espontaneístas, essencialmente afectos ao PRP, defendiam tal ponto de vista? É caso para «embaldear em arco» com esta rejeição pelo Congresso?

É certo que esta posição estava à partida numa situação de minoria excessiva. Mas as concepções políticas para o movimento operário e popular não ad-

quirem importância em função exclusiva dos votos que congregam em assembleias! O espontaneísmo, sob diversas roupagens, germina em muitos e muitos sectores de vanguarda, a maior parte das vezes sem expressão organizada, e está presente, melhor, está não-raramente na raiz do anti-reformismo inconsequente e palavroso que tantas e tantas vezes concilia, pactua na prática com o revisionismo e o reformismo. Não organizar politicamente as vanguardas que rompem com o revisionismo; não empregar esforços em dar uma plataforma ideológica e política revolucionária a essas vanguardas, cortando o passo à crítica pequeno-burguesa «de princípio» do revisionismo e do reformismo — eis outras tantas maneiras de conciliar com o revisionismo e o reformismo.

A ruptura em palavras com o revisionismo, sem cuidar de organizar as vanguardas e dirigi-las segundo uma linha política revolucionária consequente, é uma manifestação esquerdista.

A recusa pelo Congresso dos GDUP's da proposição esquerdista do «partido de massas» não é, por isso, um facto menor. Que tirem dele todas as consequências os companheiros que não raras vezes tropeçam em tais práticas e concepções!

E quanto às outras concepções sobre a natureza do MUP? É sabido que a definição aprovada em Congresso (movimento político de massas, de carácter unitário) é uma fórmula de compromisso entre os que defendiam o MUP como frente popular de massas e os que falavam de uma organização política unitária, popular e de massas. Mas que tipo de compromisso? Tratar-se-á de uma «conciliação MES-UDP», como dizem alguns, para bloquear a «discussão de fundo?».

Nada disso! O compromisso feito entre as duas correntes mais importantes no MUP é um compromisso que respeita princípios, do nosso ponto de vista.

A discussão entre as duas concepções não podia ser levada a cabo no Congresso do MUP! Essa discussão diz respeito à luta pela edificação do Partido Revolucionário da classe operária e as concepções divergentes não poderiam ser debatidas até ao fim, com resultados sancionados pelo voto de delegados de uma organização unitária (do tipo frentista), débil. Isto quer dizer o seguinte:

Para o MES, o Movimento de Unidade Popular aponta para uma Frente de massas, social e política, mas essa frente de massas

só pode ser erguida em torno da estratégia e com base na política de alianças do Partido Revolucionário da classe operária. O êxito no cumprimento da tarefa número um de todos os comunistas — a edificação do Partido da classe operária — é a condição necessária para a edificação dessa frente.

Mas então vamos construir o Partido e o resto vem por acréscimo? Não! Isso seia cair no vício mais vulgar das correntes pequeno-burguesas radicais! Unificar um punhado de

truição do Estado burguês e dos seus aparelhos.

Valeu-nos, de resto, Eduardo Pires, destacado dirigente do PCP (R), para o confirmar em intervenções, embora confusas, expressivas do que vimos afirmando...

O caminho que o MES propõe é bem diferente. Há uma luta política fundamental que se conduz em duas frentes bem distintas. Organizar a maioria no MUP, chamando o conjunto das vanguardas populares para o seu seio, é a primeira frente de combate. Ligar os GDUP's às massas, recolher os elementos mais combativos do movimento popular, encabeçar as lutas e constituir a alternativa de direcção do movimento de massas em relação ao reformismo — eis os aspectos mais salientes dos combates a travar nesta primeira frente de luta.

Mas organizar a maioria no MUP exige a criação de uma direcção proletária reconhecida.

Não organizaremos

## O PROGRAMA IMEDIATO DE LUTA DO MUP

As considerações anteriores permitem que mais sinteticamente se aborde os restantes aspectos enunciados inicialmente.

Avulta, assim, a importância da aprovação do Programa imediato de luta. Colocando no cume da actividade do MUP a organização da resistência popular à ameaça fascista, à recuperação capitalista e à ingerência imperialista, a organização unitária escolhe o terreno da luta de classes e recusa o doutrinismo e o vanguardismo sectário. Abre caminho para que se afirmem alternativas para condução da luta de massas e não para as discussões ideológicas desligadas das massas.

Abre o caminho para unir a classe operária e o povo em torno de uma estratégia revolucionária construída na luta e não para a propagação de uma estratégia (na ocorrência, a democrática e popular ou do



quadros políticos na base exclusiva da sua coesão ideológica interna em referência às correntes do movimento comunista internacional é caminho por muitos já percorrido. E sempre tem conduzido à criação de grupúsculos, pequenas seitas que se autoproclamam o «verdadeiro partido de classe» e que a realidade desmente inexoravelmente...

Esse é o caminho escolhido pelo PCP (R) que a realidade desmente com igual crueldade à das tentativas anteriores! (Veja-se a actuação, embora irrelevante, do «novo» Partido no terreno de luta sindical, o terreno de classe onde é mais transparente a correcção ou incorrecção de uma linha política que se reclama proletária e revolucionária...).

O PCP (R), reconhecida «vanguarda de classe» para a pequena burguesia radical congregada na UDP, é uma organização eivada de obreirismo (próprio dessa mesma pequena burguesia radicalizada) com uma linha política que não rompeu com o reformismo nos seus aspectos essenciais: na relação entre o Partido e as massas, o Partido e os sindicatos, na concepção geral da tomada do poder em que o etapismo domina e o exercício do poder pelas massas não surge como uma arma mortal na des-

as vanguardas populares no MUP sem prosseguir os esforços na segunda frente de luta — organizar o destacamento proletário das vanguardas populares, armá-lo da ideologia e da teoria marxista-leninista, avançar no caminho da edificação do Partido Revolucionário da classe operária. O MES é a organização política cuja ligação às massas, coerência ideológica e política e expressão significativa no seio do MUP assegura a viabilidade da hegemonia proletária no Movimento unitário criado.

O compromisso que propusemos e assumimos no Congresso do GDUP foi ditado pela necessidade táctica de salvaguardar o caminho que defendemos para erguer o MUP e construir o Partido da Revolução. Por isso, dizemos que esse compromisso respeitou princípios, não foi uma conciliação para escamotear divergências.

Aceitar levar o debate sobre «frente popular de massas» e «organização política unitária» até ao fim era aceitar discutir no seio da organização unitária e fora do terreno da luta de massas o caminho da unificação dos comunistas e revolucionários. Era abandonar os princípios da política dos comunistas a troco do parlamentarismo pequeno-burguês radical!

«Governo do 25 de Abril do Povo») de um partido auto-proclamado «proletário e revolucionário».

## CONCLUSÃO

É certo que os estatutos do MUP consagraram normas de vida da organização unitária que favorecem o vanguardismo sectário — diluindo as estruturas do MUP sob pretexto de falso democratismo e concepções pequeno-burguesas acerca da ligação dos GDUP às massas.

Mas a experiência aí está para demonstrar que onde uma linha correcta de trabalho se impôs, a diluição do GDUP não se verificou e o papel dirigente nas lutas avultou.

O congresso dos GDUP, elegendo uma direcção onde as organizações políticas estão fortemente representadas mas nenhuma detém a maioria, aprovando uma definição do MUP que salvaguarda a unidade sem comprometer a luta para que triunfem as concepções que a prática consagre, representa sem dúvida uma vitória para a Unidade Popular, para a luta do povo trabalhador do nosso país.

A alternativa popular para a crise da nossa sociedade — está nas nossas mãos — construí-la!

Essa é a grande vitória do Congresso dos GDUP's!

ASSINATURA

# Poder Popular

6 meses 100\$00

12 meses 200\$00

apoio 400\$00

estrangeiro Europa 500\$00

Nome

Morada

Localidade

Profissão

JORNAL SEMANAL — todas as 4<sup>as</sup> feiras

Propriedade  
do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção  
Av. D. Carlos I, 132, Lisboa  
tel: 66 26 29

Composição e impressão  
Renaissance Gráfica SARL  
Rua Luz Soriano, 44 — Lisboa

# ANGOLA — Auxílio cubano e independência nacional

EM 25 DE ABRIL DE 1974:

— A UNITA é um movimento cuja implantação se limita aos confins do extremo-oriental angolano, numa região praticamente desértica. Fontes dignas de crédito atribuem-lhe um máximo de trezentos homens armados que devem a sua sobrevivência à colaboração estreita com o Exército colonial na luta contra o inimigo principal de ambos: o MPLA;

— a FNLA é, aparentemente o mais forte dos movimentos no plano militar: mil homens treinados sobretudo por conselheiros chineses. Mas só aparentemente porque na realidade não combatem desde 1965: a FNLA não é mais que o instrumento que o Zaire tem de reserva para controlar Angola depois da partida dos portugueses;

— O MPLA está mergulhado na mais grave crise da sua história. O essencial das suas forças combatentes seguiram Chipenda que, cindindo-se no movimento, constituiu a Revolta de Leste. Mas, mais grave ainda, alguns quadros prestigiados agruparam-se na fracção da Revolta Activa que acusa o MPLA de falta de democracia interna.

À primeira vista, o movimento mais conhecido, o M.P.L.A., é pois o mais fraco no momento em que se inicia a corrida ao poder. Mas só aparentemente, porque o que se disse atrás não refere aquilo que será factor decisivo do sucesso final do M.P.L.A.: a popularidade que adquiriu ao longo de anos de trabalho clandestino no interior de Angola. Os militantes do interior não ligam muito às querelas do exterior. Para eles, a independência é um movimento: o M.P.L.A.; e um homem: Agostinho Neto. E apesar de uma fraca formação política e uma organização embrionária, ganhavam para a causa do movimento uma grande parte da população das cidades, desde os operários até à pequena burguesia.

Na restante Angola não há que ter ilusões. Salvo em certas províncias fronteiras, as massas camponesas, que constituem 4/5 da população, não foram tocadas pelo combate militar e político pela independência nacional. A UNITA e FNLA sabem-no perfeitamente. A falta de quadros e de uma linha política capazes de se oporem ao MPLA, procuraram assentar a sua popularidade na motivação mais clássica, e infelizmente mais eficaz, em África: o tribalismo.

## A FNLA CONTRA AS ELEIÇÕES

Os acordos de Alvor prevêem a eleição de uma Constituinte, pertencendo a direcção do País, a seguir à proclamação da independência fixada para 11 de Novembro de 1975, ao movimento que recolhesse maior número de votos.

De início a UNITA está disposta a pagar o jogo eleitoral. A étnia Umbundo que espera poder mobilizar é quase maioritária em Angola. E, depois de durante anos ter utilizado uma linguagem tão revolucionária que ao seu lado os textos da MPLA mais pareciam conversas de salão, vira a casaca e propõe um «socialismo tunisino» em paz e em ordem, esperando poder ganhar para as suas fi-

leiras a quase totalidade dos 400 000 colonos portugueses: está pois obtida a maioria aritmética. Também o MPLA pensa, graças à sua popularidade, a única com dimensão nacional, aos seus quadros e à sua linha política, poder sair vencedor das eleições. Pelo contrário, a FNLA não tem quaisquer esperanças. Só pode contar com o Exército que julga invencível. Sabe-o bem e por isso cedo se lança na guerra. Começa a primeira intervenção militar estrangeira.

A batalha de Luanda (Março a Julho de 1975) é ganha pelo povo armado da capital angolana. Apesar de uma incrível inferioridade de material, a vitória é obtida porque a mobilização em torno do MPLA foi muito maior do que qualquer dos seus dirigentes se atrevia a esperar. E também porque as tropas da FNLA e os oficiais zairenses, além de total ausência de determinação, sempre foram considerados como um exército estrangeiro de ocupação.

Em meados de Outubro, apenas com a ajuda de 200 conselheiros cubanos, chegados a Angola na Primavera de 1975 (em aplicação de um acordo assinado antes do 25 de Abril de 1974 e na qualidade de instrutores), sofrendo de uma inferioridade material indisputável, o MPLA tinha conseguido em poucos meses constituir um exército popular suficientemente forte para aniquilar praticamente a FNLA, conter os zairenses e dispersar a UNITA. Um mês antes da independência, o MPLA controla doze das dezassete províncias angolanas. E de novo a intervenção Ocidental avança mais um passo: em 17 de Outubro uma coluna de 2000 homens, comandados por oficiais sul-africanos, inteiramente equipada — e com que requinte! — por Pretória, apoiada por todo o aparelho logístico de todo o exército sul-africano atravessa a fronteira da Namíbia e dirige-se para Luanda.

## A INVASÃO SUL-AFRICANA

Esta invasão, decidida por Pretória, foi aprovada pelo Departamento de Estado Norte americano. Uma outra operação: a tomada de Luanda por 7000 homens transportados por meios aéreos e marítimos não se efectuou porque uma intervenção sul-africana desse tipo daria demasiado nas vistas. De qualquer maneira, o objectivo é o mesmo: fazer cair o MPLA, pondo Luanda entre dois fogos, a Norte e a Sul, e esgotando a resistência na cidade mediante os cortes de água e luz, antes do assalto final sob a cobertura da FNLA.

O MPLA pensa pois que, se deu provas a nível interno, da sua superioridade política e militar, não dispõe contudo de meios capazes para fazer face sozinho a uma agressão tão violenta, proveniente do exterior. No início de Novembro, Agostinho Neto pede ajuda aos cubanos. Em 5 de Novembro desembarcam os primeiros contingentes que se dirigem directamente para a frente do combate.

## PORQUÊ OS CUBANOS?

Porquê apelar para Cuba? Porque Havana foi sempre aliado privilegiado dos Movimentos de Libertação das colónias portuguesas. A ponto de nas regiões libertadas pelo avanço da luta anti-colonial, os cubanos terem sido os únicos a ser autorizados a participar nas actividades sociais e no treino da guerrilha.

Hoje é praticamente certo que Cuba interveio por decisão própria e não como ponte de lança dos soviéticos, que teriam achado mais hábil fazer-se substituir por tropas de um «satélite». No início de Novembro de 1975, as relações entre o MPLA e Moscovo são muito más. E contrariamente ao que se disse e repetiu, essa situação não era mera excepção habitual. Moscovo nunca pôde suportar intransigência do MPLA em Neto em particular. As opiniões quanto à natureza política do MPLA são várias. Mas ninguém pode duvidar que ele é antes de mais uma organização nacionalista, e Moscovo sabe-o. As pressões feitas por Moscovo para enfeudar o movimento resultaram infrutíferas, apesar da necessidade vital do armamento soviético. Moscovo apoiou a revolta Chipenda contra Neto. Desde o início de 1973 todas as remessas de armas, irrisórias desde há alguns anos, foram completamente suspensas. A ponto de Jugoslávia e a Argélia se terem tornado os principais fornecedores do MPLA. Moscovo não acredita na vitória do Movimento. Pres-

siona então no sentido de um acordo com a UNITA e manterá essa atitude até Fevereiro de 1976, quando o desmantelamento das tropas de Jonas Savimbi salta à vista. Moscovo teme uma retaliação americana. Em linguagem diplomática, pressiona no sentido da «moderação».

## OS SOVIÉTICOS LEVAM UM «PUXÃO DE ORELHAS»

No início de Novembro a delegação que partiu para Moscovo em busca de apoio material regressa com notícias catastróficas. Moscovo só entregará armas depois de proclamada a independência e condiciona uma ajuda massiva e imediata a «facilidades» exorbitantes para um estado que deseje permanecer soberano. Tais «facilidades» são recusadas com a ajuda dos cubanos, a situação militar estabiliza-se e mais tarde evolui favoravelmente. Em 25 de Novembro a guarda avançada da «coluna branca» é esmagada e só então os soviéticos se decidem a prestar um auxílio material significativo. Será esse apoio, como o afirmam os chineses, consequência de um acordo secreto entre as duas superpotências? Apoiando-se em coincidências de datas, Pequim afirmaria que Moscovo e Washington teriam concluído uma negociação planetária do tipo: tenham nós os vossos comunistas portugueses que nós, em troca, vos deixamos campo aberto em Angola. Caso isto fosse exacto, Moscovo teria feito mau negócio. Em fins de Novembro a retirada sul-africana é inevitável.

Por fim duas observações. Nenhum estado «revolucionário», à excepção da China, condenou a intervenção cubana. Sabe-se hoje que Moçambique, cujo presidente Samora Machel não se cansa de repetir «que só aos moçambicanos e a ninguém mais se deva a honra de terem libertado o seu país», utilizou toda a sua influência para pedir aos soviéticos que se decidissem. E parece que também aos vietnamitas. Por outro lado, Neto declarou em Dezembro de 1975: «que seria da revolução se os sul-africanos estivessem em Luanda?» A intervenção cubana, mesmo escapando à guerra sacrossanta da «guerra popular», foi indispensável para que Angola não caísse sobre-se lá por quantos anos nas mãos de um qualquer Mobutu. Quanto à afirmação de que Angola só se libertou da opressão portuguesa para se passar para a órbita soviética, nada de momento a confirma. Toda a história do MPLA demonstra que a tal se oporá contra ventos e marés.

Artigo publicado no Libération, em Setembro de 1976

## MENSAGEM AO MPLA

O Secretariado da Comissão Política do Comité Central do M.E.S. — Movimento de Esquerda Socialista — saúda fraternalmente o M.P.L.A. pelas histórias resoluções tomadas na recente reunião plenária do Comité Central.

A adopção do marxismo-leninismo, o reconhecimento da classe operária como força dirigente no processo revolucionário, a formação de um Partido de vanguarda da classe operária, e reafirmação da política de não-alinhamento e do internacionalismo proletário e a extensão das estruturas do Poder Popular a todo o País, são, de entre outras, decisões políticas de importância histórica, não só para o povo angolano como também para os revolucionários de todo o mundo. Ao tomá-las, o M.P.L.A. assumiu plenamente as suas responsabilidades como movimento de libertação nacional, mostrando a sua capacidade para continuar a dirigir a nação angolana nesta nova fase de luta após as grandes vitórias contra o colonialismo e o neo-colonialismo.

As resoluções do Comité Central, enquanto passos decisivos no caminho da libertação dos exploradores e oprimidos, constituem também uma contribuição e um exemplo para a nossa própria luta pelo triunfo da Revolução Socialista em Portugal.

Associando estes acontecimentos às celebrações do 20.º aniversário do M.P.L.A. e do 1.º aniversário da República Popular de Angola — acontecimento a que uma delegação do nosso Partido teve a honra de estar presente — o M.E.S. envia calorosas saudações revolucionárias ao M.P.L.A. e ao camarada Presidente Agostinho Neto, cuja condução abnegada e esclarecida foi objecto de especial referência na reunião do nosso Comité Central.

Lisboa, 5 de Novembro de 1976  
A LUTA CONTINUA!  
A VITÓRIA É CERTA!

## ENCONTRO COM DELEGAÇÃO DO M.I.R.

Realizou-se no passado dia 27 de Outubro um encontro entre delegações do M.I.R. e do MES chefiadas pelos camaradas Olivares, do C.C. do M.I.R., e pelo camarada Nuno Teotónio Pereira, do C.C. do M.E.S.

Trocaram-se pormenorizadas informações sobre a situação política no Chile e em Portugal, confrontaram-se experiências e ensinamentos úteis para os povos dos dois países e estudaram-se actuações concretas que contribuem para reforçar o internacionalismo proletário. Foi particularmente acentuada a necessidade de progressiva coordenação internacional da Esquerda Revolucionária, que constitui actualmente em número significativo de países e regiões uma força cuja importância não pode ser ignorada e foi reafirmado o empenhamento dos dois partidos na concretização desse objectivo.

Estabeleceu-se finalmente uma agenda de realizações e propostas, a levar a cabo e a discutir em encontros regulares entre as delegações dos dois partidos. Como dizia o camarada Olivares, «qualquer vitória ou derrota na América Latina tem influência no resto do mundo». Em Portugal os comunistas e os revolucionários estão na primeira fila do combate.

VIVA A RESISTÊNCIA POPULAR CHILENA!  
VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

## VIVA A FRETILIN!

RADIO MAUBERE, da República Democrática de Timor Leste, informa que as forças invasoras indonésias bombardearam com artilharia pesada a localidade de MABADENO, que está em poder da FRETILIN, e se situa apenas a 10 km. da Capital — Dili.

A FRETILIN controla grandes áreas em redor de BACAU, a segunda cidade da República, e acabou de recaptar KRIBAS, localidade ao sul de MANATUTO, a terceira maior cidade do País. Alarico Fernandes, ministro da Informação da República Democrática de Timor Leste, afirmou que a FRETILIN controla mais de 80 por cento do território e que é uma realidade o avanço da reconstrução nacional na área libertada. Denunciou também os massacres, torturas e perseguições inflingidas sobre as populações timorenses pelas tropas terroristas da Indonésia e referiu o trabalho meritório da Cruz Vermelha na tentativa de aliviar os sofrimentos humanos provocados pela guerra de agressão imperialista.

Sabemos ainda, do representante permanente da FRETILIN em Maputo — Moçambique, que as forças indonésias sofreram até ao presente cerca de 10 000 baixas, vítimas das ambições territoriais do presidente Suharto.

SOLIDARIEDADE COM O POVO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR LESTE!

# Denunciemos a conspiração fascista em marcha!

1. A importância das Forças Armadas na política portuguesa continua a ser grande. Basta ver o espaço que os jornais continuam a reservar a tudo o que se passa quer no quartéis, quer nos gabinetes militares para não termos dúvidas sobre este assunto.

Mas será isso também importante para o povo trabalhador? É importante porque é aí que neste momento a direita reaccionária e fascista desenvolve maiores esforços para depois impôr os seus desígnios ao povo português. A direita já viu que não consegue facilmente governar. A resistência tenaz dos trabalhadores à recuperação capitalista tem estado patente em muitos campos: defesa da Reforma Agrária, consolidação das nacionalizações como uma conquista a não perder. Esborçoamento das tentativas de dividir o Movimento Sindical, etc.

Face a esta resistência tenaz, a direita ainda não conseguiu unificar-se e se algumas coisas tem conseguido, isso deve-se em parte a hesitações e acordos de cúpula das forças políticas reformistas que, dizendo-se no campo popular acabam por conciliar com a política antioperária e antipopular do Governo PS.

Nos campos da Reforma Agrária, desmobilizaram os trabalhadores para a resistência às desocupações de terras lançando calúnias e provocações sobre a forças de esquerda (em vez de atacar a direita) quando o objectivo definido era o acordo de cúpulas com o PS. Este rejeitou o aceno vêm agora mobilizando os trabalhadores porque o seu novo objectivo já é um «Governo de competências» com um «primeiro-ministro de confiança», militar ou civil.

No campo sindical, deixaram de defender a unicidade sindical denunciando-a como «um objectivo esquerdista». Em nome de que? Da «maioria de es-

querda». Nos quartéis alguns elementos seus são agora os agentes dóceis da disciplina militarista, tentando impedir que os soldados contestem naturalmente oficiais reaccionários. Estes são apenas atacados com o argumento espantoso de que «são indignos da farda que usam» ou então que põem em causa a disciplina militar!!!

Como pode uma tal política de compromisso que em vez de organizar a resistência ao avanço do fascismo, só contribui para desorientar e dividir o campo popular, ser uma barreira forte e intransponível, dar garantias de merecer a confiança das massas populares?

É especialmente preocupante nesta situação a tendência que se desenha nas Forças Armadas. O corpo do Estado-Maior, está praticamente reconstituído. Nos seus postos administrativos planeiam a estratégia de fazer colocar as suas pedras, os seus homens de confiança, nos locais operacionais chave. Recentemente a RM Norte, onde a cabeça do CEM do RM Norte major Gabriel Teixeira se faz sentir permanentemente, viu um conjunto de colocações, transferências, afastamentos, etc. Kaulza de Arriaga marcou pontos.

Não bastava Pires Veloso e o seu emulo Sá Carneiro, que põe o seu aparelho partidário ao serviço desta estratégia?

Também na RM Sul o brigadeiro Beirão tem dado toda a cobertura aos militares mais reaccionários dentro do seu QG e aos agrários na sua luta contra a Reforma Agrária e os trabalhadores do campo.

Na RM Centro o brigadeiro Hugo dos Santos protesta platinicamente mas não tem força para impedir a travessia da sua região militar pelas chaimites do «cavaleiro» Jaime Neves, que a caminho do Porto para prestar vassalagem a Pires Veloso, nem se dignam pedir-lhe autorização para a travessia!

Nem o teimoso brigadeiro a vir passar férias no Estoril o impediu de paten-tear, com estardalhaço, o que pensa e o que é capaz de fazer à frente dos seus comandos.

Na RM de Lisboa, o brigadeiro Vasco Lourenço parece acobardado e vão-lhe faltando as tiradas de que só ele é capaz. Será porque está a pressentir os efeitos dos seus erros anteriores, dos seus compromissos, e de agora ter pela frente os seus aliados de há um ano?

Na Força Aérea desenharam-se jogadas de grande envergadura. Quando é que se diz o que se sabe dos contactos de Canto e Castro? Um dos seus grandes ataques ao CR, na sua actual composição, tem ori-



Pires Veloso e Mota Freitas, juntos nas comemorações do 25 de Novembro, no Porto. Presumível bombista e chefe militar do Norte compreensivelmente unidos na comemoração do golpe contra-revolucionário...

gem aqui: demissão dos representantes deste ramo no CR seguida de eleições dos novos representantes, visando substituir, pelo menos o «incómodo e aventureirista de direita» Canto e Castro. E mais: depois teríamos um CR com membros eleitos, mais legítimos e democráticos do que os não eleitos. Como na Marinha Souro Cruz pensa o mesmo e não gosta dos seus companheiros de CR poderia seguir o mesmo caminho se tivesse a garantia de regressar.

É claro que o CR é um órgão político-militar que ainda conserva muita da sua força. O seu presidente é o Presidente da República que já nos vai habituando aos discursos que só ele entende. Isso é um sinal de que não é capaz de ver o jogo perigoso em que tem preferido entrar até agora — o da corda bamba, em equilíbrio instável. Nestas circunstâncias, tal política, quando a direita se mostra tão arrogante, os bombistas são libertados e aparecem em cerimónias públicas ao lado dos chefes militares, prender o general Ote-lo, a quem serve? Significa neutralidade ou cederência e compromisso?

2. Nesta fase, o general Ramalho Eanes é ainda o homem forte na correlação de forças militares. Mas corre o risco de deixar de o ser se em nome de uma pseudoneutralidade, na prática continuar as cederências.

Nesta situação é fundamental lutar pela reintegração total dos oficiais e sargentos afastados pelo golpe de direita do 25 de Novembro. Qualquer tentativa de encontrar paralelos entre estes homens, que se mostraram ao longo do processo resolutamente ao lado do povo e dos trabalhadores, uns mais do que outros é certo, e os golpistas reaccionários e fascistas que em 11 de Março tentaram fazer regressar o país ao 24 de Abril, só pode interessar à direita.

Os esforços da direita que visam consagrar o domínio económico, políti-

co e ideológico da classe dominante, não se compadecem com os princípios constitucionais entrando sistematicamente em contradição com eles. É, assim, necessário lutar pela aplicação desses princípios em todos os momentos e impedir o acesso a postos de chefia daqueles elementos cuja prática mostra que os põem em causa. E sobretudo, é necessário desarticlar a «conspiração fascista» em marcha e de que os indícios externos e até já os internos são evidentes.

Como ligar a brigada NATO ao princípio da Independência Nacional de que fala a Constituição? Como ligar a libertação dos pides e o princípio constitucional de que os pides têm de ser julgados? Como ligar a rápida invasão do Imperialismo norte-americano e europeu através dos empréstimos de capitais e outras ingerências internas mais ou menos descaradas com uma política externa progressista e de diversificação das nossas relações externas no sentido da independência nacional?

Como ligar a legislação antioperária e antipopular (MEIC, Ministério do Trabalho Ministério da Habitação, secretaria de Estado da Comunicação, etc.) do Governo PS com o objectivo constitucional de «transição para o socialismo» pelo exercício democrático do Poder pelas classes trabalhadoras? 7

Sendo então, as FFAA um facto condicionante da política nacional de tão grande importância, é por aí que a direita reaccionária escolhe atacar sem encobrimentos em pleno dia.

Aí não precisa de se fazer aceitar em nome do socialismo. Aí actua a descoberto. É fundamental as forças políticas e os militares progressistas e democráticos, encontrarem modos de acção comum e consiguam por-sevitoriosamente golpista de, sem golpe militar, e pelas vias constitucionais, controlarem totalmente o aparelho militar.

## EDITORIAL

Continuação da pág. 1

Qualquer dos documentos aprovados no Congresso significam (à excepção de vários pontos dos Estatutos) a vitória da linha política revolucionária defendida pelo nosso Partido para o MUP, respondem plenamente às necessidades da fase actual da luta das mais amplas camadas exploradas e oprimidas do nosso povo e do próprio processo de unidade desencadeado pela candidatura de Ote-lo e acelerado pela campanha eleitoral. Os documentos aprovados no Congresso, assim como a natureza da direcção eleita, atenta e seriamente estudados, permitirão compreender os resultados políticos do Congresso, mais do que a exploração forçada e gratuita dos episódios em que foram férteis os 3 dias de debates.

O Congresso, de facto, já tinha começado muito antes do dia 19 de Novembro; tinha começado na luta, persistente e dura, no seio das estruturas de unidade popular, para não deixar morrer o projecto da candidatura de Ote-lo às mãos de qualquer dos dois radicalismos transportados para o processo de unidade pelos partidos que querem subjugar o MUP ao seu próprio projecto político partidário: o PRP e o PCP (r). O Congresso, por outro lado, não encerrou no dia 23 à noite; ele vai prosseguir no seio das estruturas de unidade popular junto à luta da classe operária e do povo através da aplicação concreta das justas resoluções aprovadas.

Mas esta grande vitória não é só nossa. Temos como certo que sem a activa participação (na luta e na crítica) de todos os camaradas sem partido ela não teria sido possível, e mais do que isso, não poderá dar lugar a novas e mais importantes vitórias.

Camaradas: o radicalismo esquerdista foi isolado e derrotado no Congresso, mas as suas manifestações persistirão no seio do MUP! O vanguardismo sectário foi obrigado a ceder mas não cessará de lutar com mais força as suas manifestações no seio do MUP!

É necessário dar-lhes um combate sem tréguas, aplicando na luta e na organização as resoluções do Congresso!

Por outro lado, a tática dos revolucionários para a unidade popular não se esgotou no Congresso dos GDUP's; este Congresso foi mais um passo no longo caminho de unidade e luta que conduz a edificação da Frente de massas antifascista e anticapitalista.

A esta batalha outra se seguirá: as eleições para as autarquias locais. Neste importante batalha política os revolucionários prosseguem objectivos imediatos precisos e concretos:

1 — Combater sem tréguas nem vacilações a direita reaccionária e fascista, o CDS, PPD, CIP E CAP, ganhando para o campo da Revolução as mais largas camadas do povo trabalhador.

2 — Reforçar o MUP através da mobilização do mais amplo apoio às listas de unidade popular em todos os concelhos e freguesias onde tenham sido constituídas em bases correctas, aplicando o Programa Imediato de Luta do MUP às necessidades e aspirações concretas da classe operária e do povo, alargando, assim, a base de apoio social à alternativa popular e revolucionária para a crise do capitalismo.

3 — Lutar por alcançar posições nas autarquias locais fazendo eleger o máximo de candidatos da unidade popular; as câmaras e as juntas não sendo o principal bastião da Resistência Popular são importantes tribunas de luta onde a voz e a acção consequente dos revolucionários serão poderosas alavancas na defesa da causa dos explorados e oprimidos, da sua unidade, organização e luta.

portugal

um guia para o processo

